

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	18
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	29
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	31
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	32
2.5 Medições não contábeis	33
2.6 Eventos subsequentes as DFs	36
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	39
2.10 Planos de negócios	40
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	44
3.2 Acompanhamento das projeções	45

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	46
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	53
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	55
4.4 Processos não sigilosos relevantes	56
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	57
4.6 Processos sigilosos relevantes	58
4.7 Outras contingências relevantes	59
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	60
5.2 Descrição dos controles internos	62
5.3 Programa de integridade	66
5.4 Alterações significativas	67
5.5 Outras informações relevantes	68
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	69
6.3 Distribuição de capital	83
6.4 Participação em sociedades	84
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	85
6.6 Outras informações relevantes	87
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	88
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	90
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	91
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	92
7.4 Composição dos comitês	101
7.5 Relações familiares	109
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	110
7.7 Acordos/seguros de administradores	113
7.8 Outras informações relevantes	114
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	121

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	125
8.3 Remuneração variável	129
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	130
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	133
8.6 Outorga de opções de compra de ações	134
8.7 Opções em aberto	135
8.8 Opções exercidas e ações entregues	136
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	137
8.10 Outorga de ações	138
8.11 Ações entregues	139
8.12 Precificação das ações/opções	140
8.13 Participações detidas por órgão	141
8.14 Planos de previdência	142
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	143
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	144
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	145
8.18 Remuneração - Outras funções	146
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	147
8.20 Outras informações relevantes	148
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	149
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	151
9.4 Outras informações relevantes	152
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	153
10.1 Descrição dos recursos humanos	155
10.2 Alterações relevantes	156
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	157
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	159
10.5 Outras informações relevantes	160
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	161

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	163
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	168
11.3 Outras informações relevantes	169
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	170
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	171
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	172
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	173
12.5 Mercados de negociação no Brasil	174
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	175
12.7 Títulos emitidos no exterior	176
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	177
12.9 Outras informações relevantes	178
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	179
13.1 Declaração do diretor presidente	180
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	182
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

Desde 2016, a Bahema Educação se dedica ao investimento no setor de educação básica no Brasil, de forma a viabilizar um grupo brasileiro de escolas que são referência de qualidade pedagógica.

Contudo, a Companhia é oriunda de um grupo com mais de 70 anos de história. Fundada em 1953, pela família Affonso Ferreira, como uma empresa de comercialização de implementos agrícolas. Por muitos anos, os negócios da Companhia estiverem concentrados na fabricação e revenda de máquinas e equipamentos.

Sua denominação passou por sucessivas alterações: de Companhia Nacional de Equipamentos para Companhia Nacional de Equipamentos e Participações, depois Bahema S.A. Equipamentos e Máquinas, Bahema Empreendimentos S.A., Bahema S.A. e, finalmente, Bahema Educação S.A.

No período de 1974 a 2009, a Companhia, através de sua controlada Bahema Agropecuária Ltda., explorou as atividades de criação de gado para corte, a qual foi vendida em 2009.

No período de 1993 a 1999, a Companhia, através de sua controlada Arby's Brasil S.A. (posteriormente Bahema Alimentos e Participações S.A. e Bahema Participações S.A) operou como franqueada da Arby's, Inc., cadeia norte-americana de fast-food.

Em 1998, a atividade de revenda de máquinas tornou-se autônoma, tendo a Bahema Equipamentos sido transformada em companhia aberta e suas ações foram transferidas pela Bahema S.A. para seus acionistas. Em 2003, os acionistas controladores venderam sua participação na Bahema Equipamentos. A desativação do negócio Arby's e a venda das controladas Bahema Equipamentos e Bahema Agropecuária, levou a Companhia, a partir de 1985, à diversificação de seus negócios e concentração da sua atividade na aquisição de participações minoritárias em companhias com bom histórico, negociadas em bolsa e com potencial de ganhos futuros.

Em 2008, quando o Unibanco e o Itaú fundiram suas atividades criando o Itaú Unibanco, a Bahema distribuiu grande parte de seu capital que, à época, era majoritariamente em ações do Unibanco. Esse fato ocorreu porque a empresa não teria mais um papel estratégico no banco. Foram feitas seguidas reduções de capital até 2010, iniciando um período não operacional da companhia até o final de 2015.

Em 2016, com aval do Conselho de Administração, a Bahema passa a investir no setor de educação básica privada no Brasil.

Em 2017, a companhia adquiriu 80% da mantenedora da Escola da Vila (SP) e 5% da mantenedora da Escola Parque (RJ); fechou parceria com a Escola Balão Vermelho (MG), recebendo opção de compra de 100% da escola. Para tais aquisições a Companhia captou aproximadamente R\$ 30 milhões via emissão de ações.

Em 2018, constituiu mantenedora para criação do Colégio Mangabeiras (MG), o ensino médio da Escola Balão Vermelho, 80% de propriedade da Companhia; e aumentou sua participação na mantenedora da Escola Mais, aumentando o investimento iniciado em 2017 para 15%.

1.1 Histórico do emissor

Em 2019, a Companhia adquiriu 15% da mantenedora da Escola Centro Educacional Viva (RJ); realizou a assinatura dos contratos para a compra de 95% da mantenedora da Escola Fórum Cultural (RJ); adquiriu 100% de participação na mantenedora do Colégio Apoio (PE); firmou contrato de aquisição de 60% de participação nas mantenedoras do Colégio BIS – Brazilian International School (SP), atrelado ao recebimento de uma opção de compra sobre a participação restante (40%); adquiriu debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações emitidas pela Escola Mais e, em paralelo, firmou contrato de opção de compra de ações com os sócios fundadores da Escola Mais; e firmou contrato para aquisição dos 95% restantes das mantenedoras da Escola Parque (RJ).

Em 2020, a Companhia concluiu as aquisições das sociedades mantenedoras do Colégio BIS (SP); Colégio Apoio (PE) e Escola Parque (RJ), recebendo as quotas e ações referentes. No caso da Escola Parque, a Companhia recebeu 45% + 1 ações, totalizando uma participação de 50% + 1, sendo que as ações remanescentes foram transferidas em maio de 2022 mediante pagamento da última parcela de aquisição, de forma que em maio de 2022, a Companhia passou a deter 100% de participação na mantenedora da Escola Parque. Ainda em 2020, a Companhia exerceu a opção de compra de 100% das quotas das mantenedoras da Escola Viva (SP) e da Escola Balão Vermelho (BH); adquiriu 100% das quotas da mantenedora da Escola Autonomia (SC); assumiu o controle da Escola Mais, passando a deter participação acima de 82% do seu capital.

No final de 2020, a Companhia anunciou oferta privada de R\$115 milhões em debêntures conversíveis em ações, que foi totalmente colocada e integralizada até março de 2021, sendo que para cada debênture emitida, os investidores receberam também um bônus de subscrição. As debêntures foram convertidas até 31 de março de 2022, tendo havido ainda o exercício de 60,7% do total dos bônus de subscrição no âmbito da emissão, o que representou um aumento de capital total na Companhia de aproximadamente R\$ 191 milhões.

Em 2021, a Companhia adquiriu 100% de participação na mantenedora das Escolas Internacionais de Santa Catarina (SC), que tiveram sua marca alterada para Dual.

Em 2022, a Companhia adquiriu 100% de participação no Intergraus, cursinho voltado para aprovação de vestibulares (SP) e os 85% de participação remanescentes na mantenedora da Escola Centro Educacional Viva (RJ) de forma que passou a deter 100% de participação na referida escola, bem como anunciou a descontinuidade da Bahema Meimei, joint venture que possuía uma escola de educação infantil no Rio de Janeiro.

Em 2023, a Companhia realizou um aumento de capital de aproximadamente R\$ 24MM em abril, concluiu a aquisição de 100% de participação na Escola Mais e alienou sua participação no Colégio BIS (SP), que era a única escola em que a Companhia ainda não detinha 100% de participação.

A Bahema Educação é hoje um dos principais grupos operadores de escolas com relevância e presença nacional, que conta com 10 marcas de escolas investidas em cinco Estados diferentes (SP, RJ, MG, PE e SC), formando um grupo com quase 11 mil estudantes matriculados no início de 2024.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A atuação da Bahema Educação e de suas controladas é focada no ensino básico, prestando serviços da educação infantil ao ensino médio, extracurriculares, formação de professores e serviços acessórios (alimentação, vestuário, transporte, material, cursos pré-vestibulares etc.). A Companhia está presente atualmente nas regiões sudeste, sul e nordeste, com presença em 5 estados.

As escolas investidas da Companhia são referência de qualidade em suas respectivas cidades e, em geral, estão entre as mensalidades mais altas do local. A maior concorrência costuma acontecer no ensino infantil, em que as famílias costumam buscar escolas menores e mais baratas, dentro dos seus bairros.

Uma das controladas da Companhia, a Escola Mais, adota um modelo low cost com alta qualidade e busca rentabilidade por meio de escala – atualmente são 6 unidades e aproximadamente 2,3 mil estudantes.

A Bahema Educação tem como objeto social as seguintes atividades:

a) desenvolvimento, diretamente ou por meio de participação em outras sociedades, de projetos e atividades nas áreas de educação pré-escolar, educação infantil, educação básica (ensino fundamental ao ensino médio), desenvolvendo todas as demais atividades inerentes à prestação de serviços educacionais;

b) desenvolvimento, diretamente ou por meio de participação em outras sociedades, de projetos e atividades de cursos livres, incluindo cursos pré-vestibulares, bem como aulas de reforço e ensino de esportes, dança e artes cênicas e demais atividades relacionadas ao esporte e cultura;

c) prestação de serviços de apoio às instituições de ensino e educadores, incluindo serviços administrativos, de treinamento, qualificação, consultoria, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados à área educacional;

d) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, em especial no setor de educação; e

e) realização de pesquisas e elaboração de estudos e projetos de investimentos na área de educação.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados:

A Bahema Educação não diferencia sua receita em segmentos operacionais em suas demonstrações financeiras, pois o único segmento de atuação é o investimento em escolas. A receita é de prestação de serviços educacionais e áreas complementares a isso, como atividades extracurriculares, alimentação ou venda de material pedagógico. As receitas não operacionais são, somente, receitas financeiras das aplicações da holding e suas controladas.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

Não aplicável conforme esclarecido no item (a).

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável conforme esclarecido no item (a).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção:

Como dito no item 1.2, a Bahema Educação e suas controladas oferecem serviços de educação básica. Nossas escolas vão desde o ensino infantil até o ensino médio e todas são focadas no aprendizado e na formação ativa do estudante.

A Companhia também oferece diversos serviços acessórios ao ensino regular, como atividades extracurriculares para estudantes, venda de material escolar e pedagógico, serviços de alimentação, viagens de intercâmbio, passeios pedagógicos, entre outros. Além disso, são oferecidos cursos, online e presenciais, de formação de professores, coordenadores e diretores escolares tanto para o público interno como para um público externo, além de cursinhos pré-vestibulares, também voltados tanto para o público interno como para o público externo.

(b) características do processo de distribuição:

O processo das escolas começa com a matrícula em meados de setembro do ano precedente do exercício. Existem dois focos principais: (i) retenção dos estudantes que já estão matriculados no ano corrente para o ano seguinte, buscando entender motivos que os fariam trocar de escola e (ii) captação de novos estudantes, que é feita pela divulgação da escola em vários canais (rede sociais, eventos, site etc.) e, principalmente, pela divulgação boca a boca das famílias já matriculadas e que referendam a escola para famílias amigas. Por isso, a busca pela qualidade do ensino deve ser o foco da Companhia, garantindo a satisfação das famílias com a escola dos filhos.

Após a matrícula, o serviço vai ser ministrado todo o ano do exercício com compensações mensais de serviço e entrega de material escolar e pedagógico. As famílias também podem optar por contratar atividades extracurriculares em horários diversos das aulas regulares. Essas atividades podem ser curso de idiomas, atividades esportivas ou artísticas ou outros temas não abordados no currículo.

Ao longo do ano também acontecem diversos eventos nas escolas, como palestras, comemorações de datas festivas, viagens de intercâmbio, passeios pedagógicos etc.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

O mercado de educação básica privada no Brasil é extremamente pulverizado. Nem a Companhia nem nenhum concorrente possui, individualmente, participação significativa. Segundo dados do Censo Escolar 2023, divulgado pelo INEP, são um pouco mais de 47,3 milhões de crianças matriculadas em escolas de ensino básico: do ensino infantil, passando pelo ensino fundamental e terminando no ensino médio. Pouco menos de 20%, ou 9,4 milhões de crianças, estão matriculadas em escolas particulares. Desconsiderando os grupos confessionais (Maristas, Salesianos etc.) que muitas vezes operam descentralizadamente e não possuem fins lucrativos,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

o maior grupo de ensino básico em número de alunos atualmente é o Grupo Salta (atual denominação do Grupo Eleva), com uma estimativa de aproximadamente 117 mil alunos, conforme divulgado em seu website em 06 de maio de 2024. Isso representaria pouco mais de 1,2% do mercado.

(ii) condições de competição nos mercados

Por ser extremamente fragmentado, o mercado de ensino básico não possui nenhum monopólio ou oligopólio. A concorrência acontece muitas vezes com escolas familiares, de bairro e com poucos estudantes. Segundo dados do Censo Escolar 2023, divulgado pelo INEP, estima-se por volta de 41,4 mil escolas particulares no Brasil, o que faria com que cada uma tivesse cerca de 220 estudantes em média. Porém, vale lembrar que nos últimos anos, a concentração de mercado vem aumentando, ainda que a passos lentos, e cada vez mais grupos profissionais, nacionais e estrangeiros, buscam adquirir ou abrir novas escolas. A barreira de entrada é pequena, porém entendemos que a qualidade e a reputação da escola são diferenciais essenciais para sua sobrevivência, e isso requer anos de experiência do projeto pedagógico e uma equipe bastante capacitada.

(d) eventual sazonalidade:

O mercado de ensino básico não possui grandes sazonalidades. As escolas assinam contratos anuais estabelecidos até meses antes do início das aulas e, por mais que existam diversas formas de parcelar a anuidade, o reconhecimento da receita é feito 1/12 ao mês. Mesmo as atividades extracurriculares costumam ser contratadas anualmente, apesar de haver uma flexibilidade maior das famílias de desistir dos cursos a qualquer momento.

Realizamos, entretanto, provisão do pagamento de férias para funcionários durante os 11 meses sem férias. Essa provisão faz com que o no mês de férias haja um custo e despesa com pessoal abaixo da média dos demais, causando uma sazonalidade de resultado contábil. Em cada cidade as férias são definidas em acordo sindical próprio e podem acontecer em janeiro ou julho de cada ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços:

A Bahema Educação e suas controladas comercializam majoritariamente serviços escolares, de forma que insumos e matérias primas possuem pouca relevância nos custos da Companhia. Os insumos e matérias primas utilizados estão basicamente relacionados à comercialização de produtos acessórios como materiais escolares e pedagógicos, alimentação e uniforme.

O principal insumo, usado na preparação do material pedagógico, é papel. A Companhia é um comprador insignificante em relação ao tamanho total do mercado, definido principalmente pelo preço global da celulose, uma *commodity* bastante líquida e negociada no mundo todo. Mesmo eventuais oscilações no preço de papel não afetariam materialmente a Companhia, já

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que é um insumo que representa um percentual muito pequeno dos nossos custos. Além disso, cada vez mais os materiais pedagógicos são entregues de forma digital e não física.

Na Escola Mais, que tem uma metodologia pedagógica bastante intensiva em tecnologia, cada estudante recebe em comodato um computador portátil, com vida útil média de 3 anos. Esse mercado é relativamente concentrado, com 6 ou 7 fornecedores potenciais, e há possibilidade de volatilidade dos preços em função de problemas na cadeia produtiva e de fornecimento e da volatilidade cambial, já que são produtos com preços atrelados ao dólar americano.

1.5 Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente:

Não aplicável.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

Não aplicável.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

A Constituição Federal define educação como um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família. O Poder Público deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso à educação, não estando tal atribuição limitada ao Poder Público, uma vez que as atividades de ensino são livres à iniciativa privada, desde que observados os requisitos e critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável.

Nos termos da distribuição de competências entre os Estados estabelecida pela Constituição, os sistemas de ensino devem ser organizados em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à União a responsabilidade por organizar e coordenar o sistema federal de ensino, de forma a garantir a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal, compete o enfoque nos ensinos fundamental e médio, enquanto aos Municípios compete a prioridade à educação infantil e ao ensino fundamental.

O ensino básico, composto pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem como marcos essenciais a Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ("LDB") e o Plano Nacional de Educação ("PNE").

A LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e delega à União várias tarefas, entre elas: (i) a coordenação da política nacional de educação; (ii) a elaboração do PNE; (iii) a prestação de assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e (iv) o estabelecimento, em colaboração com os outros entes federativos, das competências e diretrizes para o ensino básico. Além disso, a LDB regulariza, em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária e presença mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos estados, municípios e até mesmo às escolas a normatização das peculiaridades regionais e locais, curriculares e de calendário, de promoção de série e a expedição da documentação escolar de cada aluno da educação básica.

O PNE atual foi estabelecido por meio da Lei 13.005/2014 e conta com duração de dez anos, contados da publicação da lei. O PNE definiu os objetivos que deveriam ser perseguidos por todos os níveis e etapas da educação e definiu, também, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar, com base no PNE, seus planos decenais correspondentes, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos aplicáveis à parcela do sistema educacional brasileiro sob sua competência.

A regulação ensino básico é realizada pelos Estados e Municípios respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

A LDB define que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

A LDB subdividiu a educação básica em três níveis, conforme abaixo:

Educação Infantil:

É primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil deve ser oferecida em (i) creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade; ou (ii) pré-escolas, para as crianças de 4 a 5 anos de idade. A avaliação da educação infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Ensino Fundamental:

Nos termos da Constituição Federal e da LDB, é um direito de todas as crianças a partir dos 6 anos de idade. Com duração de 9 anos, tem como finalidade: (i) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (ii) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; (iii) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e (iv) o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assente a vida social.

Ensino Médio:

É a etapa final do Ensino Básico e exterioriza o dever do Estado de, progressivamente, completar o processo de formação do cidadão. Com duração mínima de 3 anos, tem como finalidade: (i) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; (ii) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (iii) o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e (iv) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Credenciamento de Instituições de Ensino Básico:

LDB outorgou aos Estados e aos Municípios competência para autorizar, credenciar e supervisionar as instituições de ensino básico. Esta competência é realizada por meio das respectivas secretarias ou conselhos de educação. Nossas escolas são credenciadas junto às

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Secretarias Estaduais de Educação a quem compete autorizar o funcionamento das instituições de ensino fundamental e médio e/ou junto às Secretarias Municipais de Educação, a quem compete autorizar o funcionamento das instituições de educação infantil.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista que Companhia e suas controladas não exercem atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes, não há uma política ambiental específica da Companhia. No entanto, existem temas relativos à sustentabilidade no nosso Código de Ética e o Comitê Pedagógico da Companhia supervisiona as ações de sustentabilidade praticadas nas escolas. Quanto às questões sociais, a Companhia possui compromisso com o acompanhamento e atualização das escolas da rede Bahema Educação sobre práticas socialmente relevantes, tais como a construção de projetos pedagógicos que contemplem a cultura antirracismo e a adequação das condutas da comunidade escolar com a legislação relacionada à inclusão de pessoas com deficiência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia

A Companhia e suas controladas têm suas marcas registradas de forma legal no INPI, além das licenças essenciais dos imóveis e infraestrutura relacionada. A Companhia monitora os registros de marcas e licenças para garantir que mesmo as marcas que não possuam registro no INPI possam ser utilizadas normalmente.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há contribuições financeiras da Companhia para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Toda a receita da Bahema Educação e das suas controladas é proveniente de clientes atribuídos ao Brasil, país sede da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, já que a Bahema Educação e suas controladas não possuem atividades em outros países que não o Brasil, que possui total autonomia em sua legislação sobre o setor educacional.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia e suas controladas não possuem políticas formalizadas no âmbito socioambiental e não divulga relatórios anuais com informações ASG, uma vez que sua atual estrutura não justifica, neste momento, a divulgação de tais relatórios.

Porém, temos atualmente um comitê ESG não estatutário, com reporte à Diretoria e que conta com a participação de diretores e colaboradores em sua composição, para tratar de assuntos de diversidade, responsabilidade social e ambiental da Companhia e das escolas. As escolas da Companhia tratam o tema da sustentabilidade dentro de seus currículos oferecidos e possuem programas de carbono neutro nas suas unidades. Em julho de 2023, a Escola Parque foi considerada a primeira escola carbono neutro no Brasil, recebendo a declaração de conformidade da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para as operações das suas unidades da Gávea e Barra referentes ao ano passado. Essa certificação é pioneira para as escolas e contou com diversos processos, desde o inventário e medição das emissões, plano de redução e neutralização de emissões e auditoria externa.

Várias das escolas também possuem programas de bolsas sociais, incentivando o aumento da diversidade entre seu corpo discente. Para suportar os estudantes beneficiários dessas bolsas, a Companhia se tornou associada fundadora do Instituto Fandoca, associação sem fins lucrativos que busca doações para custear as despesas acessórias desses estudantes (alimentação, material, viagens etc.).

Por fim, no tema de governança, a Companhia já implantou há alguns anos um Código de Ética e um Canal de Transparência para receber denúncias e relatos de situações ou condutas que possam ter configurado descumprimento ao Código de Ética ou à legislação em vigor.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa. Porém, como informado no item a), as escolas do grupo possuem programas de neutralização da emissão de carbono nas suas unidades.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e (iv) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Em relação às práticas de divulgação de relatórios e documentos presentes nas letras “a” a “h”, a Companhia justifica a não adoção das práticas em razão do escopo da sua atividade, de natureza educacional, que não provoca impactos ambientais significativos que justifiquem a elaboração de tais documentos, portanto não há previsão de data para implementação das práticas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a";

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Companhia realizou diversas aquisições e/ou investimentos em participações em outras sociedades nos últimos anos, sempre com foco no ensino básico, conforme estratégia amplamente divulgada ao mercado desde 2016.

Em agosto de 2023, a Companhia passou a deter 100% de participação na Escola Mais. A Companhia já era controladora e detentora de 82% de participação na Escola Mais desde 2020, tendo realizado seu primeiro investimento, ainda minoritário, na escola em 2017. Após um ano bastante difícil em 2022 na Escola Mais, em que foram enfrentados desafios operacionais, que geraram insatisfação junto à sua comunidade e, conseqüentemente, uma perda relevante de alunos e consumo de caixa, foi iniciado um amplo processo de reestruturação da Escola Mais, que resultou na saída dos sócios fundadores, no fechamento de três das suas nove unidades e em uma redução expressiva de suas despesas indiretas. O processo de reestruturação foi concluído no último trimestre de 2023.

Em dezembro de 2023, foi concluída a alienação da totalidade da participação que a Companhia detinha indiretamente na International School Centro de Educação Ltda. ("Colégio Bis"). Esta era a última escola em que a Companhia não detinha 100% de participação e, conseqüentemente, ainda mantinha o compromisso de aquisição da participação remanescente no primeiro trimestre de 2024. A operação gerou um impacto próximo a R\$ 140 milhões na redução do endividamento líquido da Companhia, com a entrada de R\$109 milhões em caixa líquidos de honorários, os quais foram usados para amortizar dívidas bancárias com taxas mais elevadas, tendo ainda havido a transferência de R\$ 5 milhões de dívidas bancárias e redução nas dívidas de aquisições no total de R\$25,5 milhões de com a queda da obrigação de comprar os 40% de participação remanescentes do BIS.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em junho de 2023, foi homologado aumento de capital da Companhia, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração em abril de 2023, que, parcialmente subscrito, totalizou um aumento no montante de R\$ 24.330.294,08, com a emissão de 2.492.858 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R\$ 9,76 por ação. Com isso, o capital social da companhia passou a ser de R\$ 349.880.928,33, dividido em 26.390.582 ações ordinárias.

Além disso, durante o último exercício social, não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou redução do capital social da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

O Acordo de Acionistas e entre Investidores da companhia foi celebrado em 15 de dezembro de 2020, com a interveniência anuência da Companhia, tendo entrado em vigor em 31 de março de 2021. O primeiro aditivo do Acordo de Acionistas e entre Investidores foi celebrado em 05 de maio de 2023 para estabelecer novas regras para venda de valores mobiliários vinculados ao acordo. Tanto o Acordo de Acionistas e entre Investidores como o seu primeiro aditivo estão disponibilizados no site da CVM e no site da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No último exercício social, não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia que não estejam apresentados nas Demonstrações Financeiras.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social, não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o ano de 2023, a Companhia deu prosseguimento ao plano de adaptar sua estrutura de capital. Em 14 de abril de 2023, foi aprovado um aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, pelo Conselho de Administração, que resultou em um aumento total de R\$ 24,3MM, tendo em vista a subscrição parcial do referido aumento, homologado em 19 de junho de 2023.

Em 30 de outubro de 2023, a Companhia anunciou a alienação das quotas detidas por suas subsidiárias no International School Centro de Educação Ltda. (“BIS”). A operação, que foi finalizada em dezembro de 2023, gerou um caixa líquido aproximado para a Companhia de R\$ 109 milhões, além da redução em R\$ 25,5 milhões nas dívidas de aquisição e de R\$ 5 milhões adicionais em dívidas bancárias, que foram transferidas junto com a operação. Ou seja, a operação gerou um impacto próximo a R\$ 140 milhões na redução do endividamento líquido da Companhia.

Além disso, ao concluirmos a aquisição de 100% das quotas da Escola Mais em agosto de 2023, assumimos definitivamente a sua gestão e colocamos em prática um plano de integração com nossa estrutura central com o objetivo de montar uma operação mais leve e eficiente, capaz de otimizar custos e melhorar ainda mais o nível de serviço para nossos alunos.

Em relação aos parcelamentos tributários, em outubro de 2023 concluímos uma transação tributária com a PGFN para redução de multas e juros, além da utilização de prejuízo fiscal para abater o saldo de principal. Também fizemos adesão a parcelamentos ordinários de valores em aberto de INSS patronal e PIS/Cofins.

Por fim, houve a entrada da 4ª e última tranche do empréstimo tomado com o FINEP no começo de novembro de 2023, o que em conjunto com as medidas acima permitiu que a Companhia amortizasse dívidas bancárias de curto prazo e com taxas de juros altas, melhorando seu perfil de endividamento tanto em relação ao prazo como ao custo.

Com isso, houve uma redução do endividamento bruto, com amortizações de linhas de financiamento mais caras e de curto prazo e uma redução de 31,7% do endividamento líquido no ano, ou R\$ 68,9 milhões, chegando a aproximadamente R\$ 148,6 milhões quando consideramos os créditos tributários e os valores parcelados. Ao considerarmos apenas o endividamento bancário e dívidas de aquisição, a redução no ano foi de R\$ 115,9 milhões ou 57,6%, fechando em R\$ 85,4 milhões.

A venda do BIS também gerou um resultado muito positivo para a Companhia no último trimestre do ano. Ao final de 2023, houve um prejuízo de R\$ 6,7 milhões, reflexo principalmente das despesas financeiras para o período durante um ano em que o nível de alavancagem esteve muito alto. Em 2022 o prejuízo havia sido de R\$ 114,0 milhões, o que demonstra a evolução nos resultados da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b) estrutura de capital

A Administração da Companhia entende que o nível de alavancagem ao longo de 2023 ficou muito alto e penalizou seus acionistas, especialmente em função do valor elevado da taxa de juros, que aumentou em 2022 e afetou substancialmente as despesas financeiras da Companhia. Em função disso, ao longo de 2023, trabalhamos em diversas frentes como: (i) capitalização primária de R\$ 24,3 milhões, (ii) na venda de ativos operacionais, com a alienação de dois imóveis que somam R\$ 1,7 milhão, (iii) na venda do BIS, escola com a maior margem da Companhia e que teve um impacto de R\$ 140 milhões na redução do endividamento líquido, conforme item (a) acima e, (iv) melhoria no perfil das dívidas assumidas.

Com tais medidas implantadas, a Companhia entende que a estrutura de capital atual é muito mais adequada e irá permitir uma redução considerável nas despesas financeiras ao longo de 2024.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia não apresentou problema de pagamento dos seus compromissos financeiros ao longo de 2023. O resultado positivo das escolas premium, a captação parcial do aumento de capital, a alienação das quotas do BIS e o reperfilamento de dívidas ao longo do ano permitiram a redução de R\$ 67,0 milhões no endividamento bancário bruto ao longo de 2023. Obrigações referentes às parcelas de aquisição das escolas também foram reduzidas em R\$ 31,6 milhões ao longo do ano.

Na posição consolidada de 31 de dezembro de 2023, os investimentos financeiros de liquidez imediata alcançavam R\$ 37,0 milhões. Os compromissos financeiros de curto prazo com bancos eram de R\$ 45,6 milhões e as obrigações assumidas pela compra de participação em escolas somavam o valor de R\$ 1,7 milhão vencendo em 2023.

A expectativa é de uma geração operacional de caixa nas escolas premium em valores próximos ao que tivemos em 2023, mesmo após a venda do BIS. E tendo em vista o processo de integração e reorganização da Escola Mais, haverá uma redução significativa no seu consumo de caixa operacional.

Para fazer frente às obrigações ao longo de 2024, a Companhia vem conversando com bancos buscando a rolagem uma parte dos vencimentos de 2024, já tendo conseguido ao final de março a extensão do prazo de amortização de mais de 64% dos seus vencimentos para o ano.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui um capital de giro positivo, já que recebe boa parte das suas receitas de forma antecipada. No início de 2023, 9,7% da receita líquida registrada ao longo do ano já havia sido recebida e estava contabilizada na conta de adiantamento de clientes. O mesmo efeito acontece todo ano, com as famílias contratantes pagando uma anuidade antecipada ou pagando

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

uma primeira parcela para reserva de vaga no ano seguinte. Mesmo no fluxo mensal, o capital de giro é positivo, já que as mensalidades são recebidas nos primeiros dias do mês de competência, enquanto o principal componente de custo, a folha salarial, é paga até o 5º dia do mês subsequente.

Para os investimentos em ativos não circulantes, basicamente *capex* para *retrofit* de algumas unidades premium e encerramento de algumas unidades da Escola Mais, que somaram R\$ 16,5 milhões ao longo do ano, a Companhia utilizou dívidas bancárias conforme explicado acima.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dados os fluxos mensais de pagamento dos serviços escolares e a geração de caixa operacional de suas controladas indiretas, a Companhia tem a opção de buscar novas fontes de financiamento com instituições bancárias, sejam empréstimos tradicionais ou operações estruturadas de antecipação de recebíveis. Além disso, conforme detalhado nos itens a), b) e c) acima, a Companhia realizou aumento de capital e a venda de ativos par cobrir as deficiências de liquidez ao longo de 2023.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia possuía, ao final de 2023, um saldo de endividamento bancário total de R\$ 120,6 milhões, com cinco instituições distintas, uma taxa média de 14,2% ao ano, equivalente a um spread de 2,2% em relação à taxa SELIC o final de 2023. Do saldo em aberto, 98,4% eram operações com taxas pós-fixadas e 1,6% com taxas pré-fixadas. Dentre as operações com taxas pós fixadas, 73,6% do total eram indexadas ao CDI e 24,8% à TLP. As obrigações de curto prazo, com amortização ao longo de 2024, somavam R\$ 46,6 milhões, com R\$ 74,0 milhões vencendo a partir de 2024.

A Companhia também possui dívidas de aquisição que somam obrigações de R\$ 1,8 milhão, a maior parte com vencimento em 2024. A obrigação mais relevante que existia, referente a um opção de venda contra a Companhia no valor estimado de R\$25,6 milhões, foi extinta com a alienação das quotas do BIS explicada no item “a” acima.

Diretores da Companhia eram devedores solidários em operações de dívida que somavam R\$ 42,6 milhões ao final de 2023.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

Uma subsidiária integral da Companhia emitiu, em janeiro de 2022, notas comerciais no valor total de R\$ 75 milhões, com prazo de 60 meses, sendo 12 meses de carência, e taxa de juros de CDI + 4,25% ao ano.

Em maio de 2022 a Companhia tomou a primeira parcela (de um total de 4 parcelas) de um empréstimo com a FINEP, empresa publicada ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$7,8 milhões de um contrato total de R\$30 milhões. Tal dívida tem uma característica

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de taxa de juros incentivada, com spread negativo em relação à TLP, e foi direcionada para o financiamento do desenvolvimento de conteúdo da Escola Mais. Ao final de 2023, a Companhia já havia levantado todas as 4 parcelas do referido empréstimo.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

No contrato de distribuição das notas comerciais que emitidas em 2022 pela subsidiária integral da Companhia com o Banco Itaú, foi assumido o compromisso de dar preferência ao banco em eventual emissão futura, seja no mercado de dívida ou de *equity*. O banco atuou como assessor da Companhia na alienação das cotas do BIS e recebeu um fee de R\$ 7,5 milhões líquido de impostos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, porém algumas delas possuem como garantia um fluxo de recebíveis transitando em conta vinculada e que pode ser bloqueado no caso de não cumprimento de *covenants* ou de *default*. As obrigações de circulação de recebíveis somam aproximadamente R\$ 23 milhões por mês.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Após renegociação concluída em março de 2024, foi definido um *covenant* de nível de alavancagem de 5,0x o EBITDA consolidado da Companhia ao final de 2024 para as notas comerciais emitidas em janeiro de 2022. Além disso, também existe a obrigação de circulação mensal de 30% do saldo devedor das notas comerciais em contas vinculadas. Também existe uma restrição sobre distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido apurado.

No caso de não cumprimento dessas obrigações, existem cláusulas de vencimento antecipado das notas comerciais, com a possibilidade de restrição de acesso ao saldo dessas contas vinculadas.

Temos cumprido as obrigações ou renegociando com o detentor das notas eventuais *waivers* de descumprimento.

g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados (em milhares de reais)

No final de 2023, não havia limites relevantes de financiamentos aprovados ou contratados. A Companhia está em conversas constantes com os bancos credores para buscar novas alternativas de financiamento ou rolagem dos empréstimos vincendos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

	2023	2022	Var. %
Receita líquida	377.697	357.122	5,76%
Custos	-213.776	-213.395	0,18%
<u>Lucro bruto</u>	<u>163.921</u>	<u>143.727</u>	<u>14,05%</u>
% da RL	43,4%	40,2%	3,2 p.p.
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	-103.740	-105.744	-1,90%
Despesas com pessoal	-65.796	-64.145	2,57%
Perdas por redução do valor recuperável	12.261	-7.227	-269,66%
Outras receitas/despesas	68.851	-14.597	-571,68%
Equivalência patrimonial	0	-35	-100,00%
<u>Resultado operacional antes do resultado financeiro</u>	<u>75.497</u>	<u>-48.021</u>	<u>-257,22%</u>
% da RL	20,0%	-13,4%	32,0 p.p.
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	3.865	8.176	-52,73%
Despesas financeiras	-78.029	-63.576	22,73%
<u>Resultado financeiro líquido</u>	<u>-74.164</u>	<u>-55.400</u>	<u>33,87%</u>
<u>Prejuízo do Exercício Antes dos Impostos</u>	<u>1.333</u>	<u>-103.421</u>	<u>-101,29%</u>
% da RL	0,4%	-29,0%	29,4 p.p.
Impostos correntes	-7.077	-5.122	38,17%
Impostos diferidos	-948	-5.525	-82,84%
<u>Prejuízo do exercício</u>	<u>-6.692</u>	<u>-114.068</u>	<u>-94,13%</u>
% da RL	-1,8%	-31,9%	30,2 p.p.
Atribuído aos acionistas controladores	-6.694	-109.422	-93,88%
Atribuído aos acionistas não controladores	2	-4.646	NA
Lucro (Prejuízo) básico por ação – R\$	-0,26	-5,24	-95,04%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia apresentou uma melhora significativa no resultado entre 2022 e 2023. O lucro bruto cresceu 14,0%, fruto de um ganho de eficiência que aumento em 3,2 pontos percentuais a margem. Já as grandes variações em PDD e outras receitas e despesas operacionais se referem à baixa efetiva de recebíveis que estavam em atraso até o final de 2022 de estudantes que não estão mais matriculados nas escolas (impacto positivo na provisão e negativo em outras despesas, com efeito igual a zero) e à venda do BIS, que gerou um ganho líquido de mais de R\$ 92 milhões. O resultado financeiro teve uma piora de 33,9% em função do maior nível médio de alavancagem da Companhia ao longo do ano e do aumento nas taxas de juros. Ainda assim, o resultado antes de impostos ficou levemente positivo em 2023 contra uma perda acima de R\$ 103 milhões em 2022. Os impostos pagos no ano se referem à operação regular do BIS e ao ganho de capital na sua venda.

	2023	2022	Var. %
FC Atividades Operacionais	143.896	-6.467	-2325,08%
FC Investimentos	-16.527	-45.697	-63,83%
FC Financiamentos	-110.067	59.308	-285,59%
Aumento/Redução Caixa	17.302	7.144	142,19%
Caixa Inicial	19.670	12.526	57,03%
Caixa Final	36.972	19.670	87,96%

Em relação ao caixa, houve um aumento de 88% na posição de final de ano, fruto da geração operacional mais de R\$ 150 milhões melhor do que em 2022. Isso foi resultado do melhor resultado operacional e da venda do BIS. Os investimentos também foram significativamente reduzidos em 2023 em função do congelamento da expansão da Escola Mais. Com isso, aproveitamos para amortizar mais de R\$ 110 milhões em dívidas bancárias e de aquisição, boa parte contraída no ano anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são diretamente impactados pelo número de estudantes matriculados em uma primeira análise, e pelo nível de ocupação de turmas abertas em uma segunda. Ou seja, o total de estudantes é relevante para diluir despesas fixas, como remuneração de equipes de coordenação, direção, *holding* e de alugueis, enquanto o percentual de ocupação das turmas abertas impacta diretamente na margem bruta, já que o custo de uma turma é quase o mesmo, tenha a turma 1 ou 30 estudantes matriculados.

Os ganhos de eficiência também podem ser obtidos otimizando as aulas fora de sala de aula dos professores. Muitas vezes as escolas montam suas grades horárias com muitas “janelas”, horas em que o professor fica disponível e é remunerado, mas não tem nenhuma aula na sua grade.

Em 2023, tivemos um crescimento de receita líquida, de 5,8% em relação ao ano anterior, puxado pelo aumento de 6,5% da receita das escolas premium, enquanto a Escola Mais apresentou uma redução de 4,0% na receita em função da perda de estudantes que ocorreu ao longo de 2022 e impactou o processo de matrículas de 2023.

O resultado operacional da Companhia apresentou uma evolução bastante relevante, chegando a R\$ 70,2 milhões, impactado positivamente pela venda do BIS. Ao olharmos os números gerenciais, ajustados por efeitos não recorrentes, sem impacto no caixa e antes das despesas de *holding*, vemos as escolas premium passando de R\$ 35,2 milhões em 2022, com 11,6% de margem sobre a receita líquida, para R\$ 49,2 milhões e 14,9% da receita líquida, reforçando os ganhos de eficiência dos últimos anos. Já a Escola Mais apresentou um resultado operacional gerencial negativo em R\$ 24,0 milhões em função dos problemas operacionais e perda de estudantes já mencionados acima.

Como consequência dos resultados acima, no segundo semestre de 2023 tomamos a decisão de realizar alguns movimentos estratégicos importantes na Escola Mais, concentrando a operação de duas unidades em outras unidades já existentes na cidade de São Paulo e encerrando a unidade de Joinville, além de finalizar a integração da administração central. Esses movimentos geraram despesas de rescisões trabalhistas, multas de devolução de imóveis e baixa de ativos imobilizados nas unidades que foram devolvidas.

b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

No ano de 2023, o crescimento de 5,8% na receita líquida da Companhia foi impactado pelo reajuste dos preços das anuidades escolares acima da inflação no período, mesmo que o número médio de estudantes matriculados tenha ficado abaixo da média de 2022, impactado principalmente pelo alto índice de evasão na Escola Mais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O principal componente de custo da Companhia, a folha salarial de professores, é reajustada de acordo com os dissídios da categoria. No último ano, as folhas de todas as escolas foram reajustadas em linha com a inflação do período. Outro componente importante de despesas é o valor dos aluguéis dos prédios em que as escolas operam, que também tem contratos indexados aos índices de inflação – IPCA, IGPM ou uma composição destes índices. Como os reajustes de mensalidade aconteceram também em linha com a inflação, não houve impacto nos resultados operacionais das escolas.

Porém, no resultado financeiro, a manutenção em índices elevados da taxa básica de juros, que serve como indexador para a maior parte das dívidas bancárias em aberto, gerou um impacto negativo relevante. O resultado financeiro da Companhia ficou negativo em R\$ 68,9 milhões em 2023, ainda pior do que o resultado negativo de R\$ 55,4 milhões de 2022.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia adquiriu investimentos em controladas e coligadas no segmento de educação básica, e a partir de 2017, passou a divulgar demonstrações financeiras consolidadas, dessa forma algumas novas práticas contábeis foram estabelecidas para os exercícios a partir de 2017. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A partir de 2019 a Companhia passou a aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS-16 e, com isso, a identificar os arrendamentos no balanço patrimonial.

Com a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS-16 em 2019, a Companhia passa a reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento relacionados ao arrendamento de imóveis onde estão localizadas as escolas e a sede financeira.

Em 2023, a diferença entre os valores efetivamente desembolsados pelos aluguéis e os valores contabilizados nos juros e amortização dos contratos foi R\$ 5,7 milhões. As despesas de amortização e juros dos contratos de aluguéis somaram R\$ 40,0 milhões, enquanto os valores efetivamente pagos foram de R\$ 34,3 milhões.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não existem ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia tomou a decisão de segmentar sua operação em duas vertentes ao final de 2022: (i) escolas premium, com marcas locais e projetos pedagógicos independentes, normalmente com muitos anos de história, qualidade reconhecida e um valor de anuidade entre os mais altos das suas regiões e (ii) Escola Mais, marca única, com produção de projeto pedagógico e conteúdo centralizada, modelo escalável, focada na oferta de ensino de qualidade a um preço acessível.

A decisão de segmentar essas duas vertentes se deu em função da natureza operacional bastante distinta entre elas. Apesar do foco em qualidade ser compartilhado, já que faz parte da missão da Companhia, as escolas premium funcionam de forma muito mais descentralizada e possuem um modelo de negócios mais estável e já gerador de caixa. Já a Escola Mais possui uma estrutura central e de produção de conteúdo centralizada e teve problemas operacionais a partir de 2022 que significaram um consumo significativo de caixa operacional, passando por uma reestruturação no segundo semestre de 2023.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em 2023.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de outubro de 2023, a Companhia anunciou a alienação das quotas detidas por suas subsidiárias no BIS, conforme descrito no item 2.1 "a" acima. O BIS representou por volta de 9,6% das receitas líquidas no resultado consolidado de 2023, com uma contribuição positiva de aproximadamente R\$ 14 milhões no resultado operacional. Para 2024, esperamos recuperar uma parte do resultado vendido com crescimento de receita e melhora de margem nas operações das escolas premium.

Em agosto de 2023, concluímos a aquisição de 100% das quotas da Escola Mais, assumimos definitivamente a sua gestão e colocamos em prática um plano de reestruturação e integração com nossa estrutura central, com o objetivo de montar uma operação mais leve e eficiente, capaz de otimizar custos e melhorar o nível de serviço para nossos estudantes. Esperamos uma melhora significativa dos resultados para 2024, porém ainda com uma contribuição negativa para os resultados consolidados da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Em 2023, foram alienados dois imóveis de menor valor. Um dos imóveis estava localizado em São Paulo e foi vendido, em junho de 2023, pelo valor de R\$ 720 mil. Esse imóvel era utilizado somente como depósito de uma das escolas e o seu conteúdo foi transferido para outro imóvel locado pela escola. O outro imóvel está localizado no Recife e abriga uma quadra do Colégio Apoio. Ele foi vendido em novembro de 2023 por R\$ 950 mil, mesmo valor pago na sua aquisição no início do ano, e passou a ser locado pelo colégio pelo valor de R\$ 9 mil mensais.

2.5 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia informou no seu relatório anual de resultados os resultados operacionais de cada um dos seus segmentos, antes das despesas de holding. As escolas premium apresentaram um resultado operacional de R\$49,2 milhões, enquanto a Escola Mais apresentou um resultado operacional negativo de R\$ 24,0 milhões.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Ver anexo A ao final deste documento.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que possui dois segmentos (escolas premium e Escola Mais) em momentos e com características operacionais bastante distintas. No caso da Escola Mais, houve uma importante reestruturação no segundo semestre de 2023, com uma redução significativa no quadro de colaboradores e despesas de rescisão que não serão recorrentes, além do encerramento de 3 unidades, o que gerou uma baixa contábil nas benfeitorias que haviam sido realizadas nesse imóveis.

Já para as escolas premium, os ajustes buscam retirar os efeitos de algumas rescisões não recorrentes que geraram ganhos de eficiência na operação, eliminar efeitos e custos decorrentes das aquisições realizadas nos últimos anos (amortizações de mais valia, taxa de M&A) e também eliminar o efeito contábil do plano *matching* de ações para os executivos da Companhia, que utiliza como base o preço da ação no momento da emissão do plano, sem considerar os impactos decorrentes da sua variação no futuro. Também adicionamos o resultado de dezembro do BIS, buscando uma melhor comparação com os resultados de 2022, e excluímos o resultado do Intergraus, que entendemos muito mais como uma ferramenta de melhora de qualidade para as escolas do que uma unidade de negócios rentável.

Além disso, entendemos que existem três ajustes em comum para ambos os segmentos: (i) ajuste de aluguel efetivamente pago versus as despesas de amortização de juros dos contratos em linhas com o IFRS-16 (ver 2.3 a) acima), (ii) ajuste entre linhas dos efeitos da baixa contábil efetiva que fizemos para os recebíveis em atraso anteriores a dezembro de 2022 de estudantes que não estejam mais matriculados nas nossas escolas, refletindo melhor o impacto efetivo da provisão sobre valores em atraso e (iii) a retirada dos ganhos decorrentes da venda do BIS, que foi uma operação excepcional e não se repetirá em 2024.

2.5 Medições não contábeis

Anexo A – Conciliações de resultados contábil e gerencial – Escolas Premium e Escola Mais

Escolas Premium	Gerencial	Depreciação e amortização	Arrendamentos	Rateio Despesas Corporativas (TEIA)	Reclassificação entre linhas	Venda Imóveis	Venda BIS	Intergraus	BIS dez/23 (não consolidado)	Não recorrentes	Contábil
Receita líquida	330.044	0	0	-2.098	3.189	0	0	-4.891	3.005	0	330.838
Custos	-188.674	0	0	-1.074	15	0	0	3.822	-1.202	824	-191.059
Lucro bruto	141.370	0	0	-3.172	3.204	0	0	-1.068	1.803	824	139.779
% da RL	42,8%										42,2%
Receitas (despesas) operacionais											
Administrativas e gerais	-30.300	7.867	15.716	12.991	513	0	0	2.378	-486	1.000	-70.279
Despesas com pessoal	-35.333	0	0	12.853	207	0	0	1.662	-304	1.136	-50.887
PECLD	-631	0	0	-196	-13.820	0	0	73	237	0	13.075
Outras receitas operacionais	899	0	0	7.085	-3.566	-1.670	-60.663	-2.397	189	-2.532	64.453
Outras despesas operacionais	-80	12.093	0	-7.290	14.178	1.228	7.420	132	148	171	-28.160
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0	560	0	0	0	-560
Resultado Operacional IFRS-16	75.925	19.960	15.716	22.271	716	-442	-52.683	780	1.587	599	67.421
% da RL	23,0%										20,4%
Locação de Imóveis	-26.710	0	0	131	0	0	0	559	0	0	-27.400
Resultado Operacional @ Escolas	49.215	19.960	15.716	22.402	716	-442	-52.683	1.339	1.587	599	40.021
% da RL	14,9%										12,1%
Despesas Corporativas	-22.402	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional pós Holding	26.813	19.960	15.716	22.402	716	-442	-52.683	1.339	1.587	599	40.021
% da RL	8,1%										12,1%
Resultado financeiro											
Depreciação e Amortização	-19.960	-19.960	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas financeiras	3.026	0	0	0	0	0	0	-89	25	0	3.090
Despesas financeiras	-52.018	0	14.871	0	-716	0	0	157	-1.076	0	-65.254
Direito de uso Imóveis	26.710	0	0	-131	0	0	0	-559	0	0	27.400
Lucro antes de IRPJ/CSLL	-15.429	0	30.587	22.271	0	-442	-52.683	848	536	599	5.257
% da RL	-4,7%										1,6%
IRPJ/CSLL											
Correntes	-7.523	0	0	0	0	0	0	0	-446	0	-7.077
Diferido	-948	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-948
Lucro do período	-23.900	0	30.587	22.271	0	-442	-52.683	848	90	599	-2.768
% da RL	-7,2%										-0,8%

2.5 Medições não contábeis

Escola Mais	Gerencial	Depreciação e amortização	Arrendamentos / Aluguéis	Rateio Despesas Corporativas (TEIA)	Reclassificação entre linhas	Baixa Benfeitorias	Venda BIS	Não recorrentes	Contábil
Receita líquida	46.872				13				46.859
Custos	-22.615							103	-22.717
Lucro bruto	24.257	0	0	0	13	0	0	103	24.142
% da RL	51,8%								51,5%
Despesas operacionais									
Administrativas e gerais	-20.265	8.474	4.692		30				-33.461
Despesas com pessoal	-14.725				2			182	-14.909
PECLD	-6.566				-5.752				-814
Outras receitas operacionais	158				-48	-322	-39.463		39.992
Outras despesas operacionais	825	61		925	5.787	1.479	0	7	-7.434
Resultado de equivalência patrimonial	0						-560		560
Resultado Operacional IFRS-16	-16.314	8.535	4.692	925	1.499	1.157	-40.023	293	8.076
% da RL	-34,8%								17,2%
Locação de Imóveis	-7.681							0	-7.681
Resultado Operacional ex IFRS-16	-23.995	8.535	4.692	925	1.499	1.157	-40.023	293	395
% da RL	-51,2%								0,8%
Depreciação e Amortização	-8.535	-8.535							0
Receitas financeiras	744				-31				775
Despesas financeiras	-8.294		4.482		-1				-12.775
Direito de uso Imóveis	7.681								7.681
Prejuízo antes de IRPJ/CSLL	-32.399	0	9.174	925	0	1.157	-40.023	293	-3.924
% da RL	-69,1%								-8,4%
IRPJ/CSLL									
Correntes	0								0
Diferido	0								0
Prejuízo do período	-32.399	0	9.174	925	0	1.157	-40.023	293	-3.924
% da RL	-69,1%								-8,4%

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não aconteceram eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 2023 que as alterem substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que um valor não superior a 71,25% do lucro líquido anual seja destinado para a Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve lucros em 2023.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve lucros em 2023.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404/76. O estatuto social não permite emissão de ações preferenciais, portanto não há possibilidade de pagamento diferenciado de dividendos.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual e Intermediários
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iii. Contratos de construção não terminada iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades. A Companhia possui carteira de recebíveis baixadas em atraso pela prestação de serviços educacionais que podem vir a ser recuperados no futuro, gerando uma receita extraordinária, porém a expectativa é de que os valores não sejam relevantes.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos relevantes de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a) **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) **natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c) **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia continuou com seu plano de atualização e modernização das suas unidades escolares e da melhoria na infraestrutura de TI e softwares para as escolas premium ao longo de 2023 e realizou um plano relevante de investimentos na virada 2022-23, totalizando um ciclo de capex de pouco mais de R\$ 21 milhões. Os maiores esforços foram feitos na unidade Dual Blumenau, na qual fizemos uma obra importante de revitalização do espaço que consumiu R\$2 milhões, e no Colégio Apoio, no Recife, em que fizemos a abertura de uma nova unidade para receber a expansão para o ensino médio. Este último foi o investimento de maior porte que fizemos, com a reforma de uma casa, aquisição de um terreno para a construção da quadra esportiva e a construção de um prédio no mesmo local, somando pouco mais de R\$ 10,0 milhões investidos. Ao final de 2022, aproximadamente 20% desse valor havia sido desembolsado, com o restante ocorrido ao longo do primeiro semestre de 2023.

Para o novo ciclo de capex, que se iniciou em outubro de 2023, houve uma redução do valor total a ser investido para aproximadamente R\$ 4,0 milhões, disperso entre as unidades escolares. Não há previsão de novas unidades ou aumento de capacidade.

Já na Escola Mais, houve uma demanda menor de investimentos já que fizemos em 2023 a abertura de apenas uma nova unidade, no bairro do Ipiranga em São Paulo, e que foi construída sob o modelo *built to suit*, ou seja, o proprietário do imóvel arcou com os custos da reforma e inseriu o custo financeiro no valor do aluguel em um contrato de 13 anos. A Escola Mais manteve em 2023 seu investimento em desenvolvimento de software e conteúdo, que somou aproximadamente R\$ 5,4 milhões. Para 2024, reestruturamos a área de desenvolvimento de software e conteúdo, utilizando mais soluções de mercado e buscando utilizar a própria equipe de professores para fazer a revisão do material. Também não há intenção de abertura de novas unidades ou investimentos relevantes em obras e adaptações. Com isso, o total de Capex previsto para o ciclo 2023-24 é de R\$ 600 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos foram financiados tanto pela geração própria operacional de caixa das escolas como por dívidas bancárias tomadas ou estendidas ao longo do ano.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há planos em andamento ou previstos para desinvestimentos relevantes além dos realizados ao longo de 2023 e já explicados em comentários anteriores.

2.10 Planos de negócios

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

- c) novos produtos e serviços, indicando:**

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento já divulgadas.

- (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Ver comentário no item “2.10.a” acima.

- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Ver comentário no item “2.10.a” acima.

- (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Ver comentário no item “2.10.a” acima.

- d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O objeto social da Companhia está intimamente ligado ao objetivo de desenvolvimento sustentável formulado pela Organização das Nações Unidas referente à educação de qualidade e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, de forma inclusiva e com qualidade.

Além disso, entendemos que há oportunidades de negócio relacionadas a questões ASG em dois âmbitos para a Companhia. Do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, todas as escolas possuem o assunto dentro dos seus currículos e estão buscando alternativas para se tornarem carbono neutras, o que abre a possibilidade de economias em contas de utilidades (água e luz). Nesse sentido, a Escola Parque, em julho de 2023, recebeu a declaração de conformidade da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para a neutralidade de carbono de operações das suas unidades da Gávea e Barra referentes a 2022. Essa certificação é pioneira para as escolas e contou com diversos processos, desde o inventário e medição das emissões, plano de redução e neutralização de emissões e auditoria externa.

Já do ponto de vista da responsabilidade social, a Companhia é, desde 2022, a Associada Fundadora do Instituto Fandoca, associação sem fins lucrativos que visa dar suporte com custos acessórios para bolsistas nas escolas da Companhia. Além dos ganhos pedagógicos decorrentes de um ambiente escolar mais diverso, existe a possibilidade de ganhos

2.10 Planos de negócios

financeiros efetivos, como já ocorre no Rio de Janeiro: ao abrir bolsas no ensino médio para estudantes advindos de escolas públicas, a Prefeitura criou um incentivo financeiro de redução da alíquota efetiva de ISS, de 5% para 2%. Atualmente são 58 bolsistas nessas condições.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que todos os fatores que explicam o desempenho operacional foram devidamente identificados e comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

A Companhia não tem como prática divulgar as suas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

A Companhia não tem como prática divulgar as suas projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(a) à Companhia

a.1) Riscos de investimento

A companhia desde 2016 busca crescer e gerar valor por meio de aquisições de participações societárias em empresas do setor de educação. Em decorrência, está exposta aos seguintes riscos de sua atividade de investimento: (i) crescer de forma inadequada; (ii) pagar valor acima do preço justo, ter que aportar recursos adicionais aos mapeados no processo de aquisição ou não obter o retorno esperado; (iii) enfrentar problemas nas aquisições realizadas, como contingências não identificadas e riscos do negócio, incluindo contingências, não antecipados; (iv) passar a figurar como sucessora da sociedade adquirida ou de seus vendedores em demandas jurídicas; (v) não gerar as sinergias esperadas; ou (vi) as sociedades investidas não gerarem o resultado ou caixa esperado.

Também fizemos investimentos relevantes na abertura de novas unidades ou nas unidades já existentes, buscando crescimento orgânico para algumas de nossas escolas. Nesse processo, estamos expostos a: (i) riscos de obra, tanto questões de engenharia como de estouro de orçamento previsto; (ii) riscos de demanda, tendo em vista que o ponto escolhido pode não atrair estudantes como havíamos previsto ou em um ritmo mais lento do que o planejado e (iii) risco de imagem, associado a uma operação ruim na nova unidade, o que pode contaminar a marca e prejudicar as outras unidades.

a.2) Riscos de insolvência

A Companhia possui endividamento líquido e pode não dispor de recursos para fazer frente aos compromissos assumidos em seu programa de investimentos e gastos de overhead, quer em decorrência da geração de caixa insuficiente, por deficiência no seu planejamento financeiro ou em razão de desembolsos não antecipados ou provisionados.

a.3) Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios

A disponibilidade de recursos a custos acessíveis é fundamental para viabilizar a manutenção dos nossos negócios no formato em que estão estruturados atualmente, bem como projetos de expansão. Situações adversas podem afetar negativamente nosso grau de endividamento, o que pode limitar a nossa capacidade de obter novos financiamentos a preços acessíveis. Nosso nível de endividamento poderá limitar a nossa capacidade de obter novos financiamentos ou forçar a utilização de parte relevante do nosso fluxo de caixa para pagamento de dívida – o que pode limitar o cumprimento de outras obrigações. Adicionalmente, nosso grau de endividamento pode aumentar nossa exposição a condições econômicas negativas e alta da taxa de juros ou nos forçar a avaliar alternativas de geração de caixa, tais como desinvestimento.

Algumas das dívidas contraídas possuem cláusulas restritivas ao grau de endividamento (covenants financeiros) e o não cumprimento de tais covenants pode gerar o vencimento antecipado de dívidas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.4) Riscos jurídicos

A companhia atualmente figura em processos administrativos e judiciais, e outros processos poderão se somar aos já existentes, decorrentes das atividades normais dos negócios ou de eventos não rotineiros de natureza trabalhista, tributária, cível, administrativo e comercial, dentre outros. A despeito da diligência dos administradores e da competência dos defensores da companhia, não há qualquer garantia que os resultados desses processos serão favoráveis aos interesses da Companhia ou, ainda, que terão o provisionamento, parcial ou total, com relação aos passivos eventualmente resultantes desses processos. A Companhia está sujeita a sucessão das sociedades por ela adquiridas e/ou vendidas, o que pode em alguns casos incluir até mesmo operações anteriores à sua atuação no mercado de educação básica. Podemos também ser responsáveis solidários em demandas trabalhistas movidas em face de nossos fornecedores.

a.5) Proposta de reforma do Código Civil

Há uma proposta de reforma do Código Civil em curso que pode vir a alterar de forma relevante as disposições sobre responsabilidade civil e obrigação de indenizar no âmbito empresarial. Dentre as principais propostas, existem questões sobre o reconhecimento da função preventiva, promocional e reparatória da responsabilidade civil, a possibilidade de indenização por danos indiretos, além de questões de solidariedade. Dependendo da redação que vier a ser aprovada, nossa responsabilidade e obrigação de indenizar podem ser ampliadas substancialmente.

a.6) Reforma tributária

Está em estudo pelo governo a implementação de uma proposta de reforma tributária, que visa unificar a cobrança de PIS e COFINS, bem como eventual tributação de dividendos e unificação de alíquotas de ISS. Dependendo do formato que a reforma vier a ser aprovada, poderá ocorrer o aumento da carga tributária no setor de educação, com consequente impacto no resultado da Companhia.

(b) a seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.1) A ação da Companhia tem pouca liquidez

As ações da Bahema Educação apresentam baixa liquidez, o que pode dificultar a execução de ordens de compra e venda. Nestas condições, o acionista da Bahema Educação poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejados e, conseqüentemente, poderá enfrentar problemas de solvência diante da impossibilidade de alienar suas ações, ou ver-se obrigado a aceitar descontos excessivos para poder vender suas ações, ou, contrariamente, ter que desembolsar prêmios exagerados quando quiser aumentar sua participação na Bahema Educação, prejudicando assim a rentabilidade de seus investimentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

b.2) Os acionistas da Companhia podem não receber quaisquer dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, esta deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado. O lucro ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou destinado de qualquer outra forma permitida de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil e com a legislação societária brasileira; portanto, o lucro ajustado poderá não mais estar disponível para ser pago sob a forma de dividendos em um determinado exercício.

A Bahema Educação poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social em particular, mediante a determinação do Conselho de Administração de que tais distribuições seriam desaconselháveis.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os proprietários das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes. Desta forma, é possível que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em qualquer exercício social.

b.3) Futuras emissões de ações poderão diluir a participação dos atuais acionistas, podendo afetar de modo relevante o preço de mercado das ações de emissão da Companhia

A Bahema Educação pode precisar obter capital adicional no futuro, inclusive por meio de emissão de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações, para cumprir com suas obrigações ou para expansão. Qualquer capital adicional obtido através da emissão de ações pode diluir a participação percentual dos investidores no capital da Companhia, bem como o lucro por ação e o valor patrimonial líquido por ação, podendo qualquer emissão, por parte da Bahema Educação ou de nossos principais acionistas, causar efeito prejudicial sobre o preço de mercado das ações de emissão da Companhia lastreadas em tais ações.

(c) a suas controladas e coligadas

c.1) Inadimplência

Por trabalhar com escolas próprias, a Bahema Educação e suas controladas estão sujeitas à inadimplência, ou seja, responsáveis financeiros não pagam o que devem às escolas. De acordo com a legislação, as escolas são obrigadas a manter o estudante matriculado durante todo o ano letivo mesmo que ele esteja inadimplente, podendo recusar a renovação da matrícula na virada do ano letivo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A maior parte da recuperação de atrasados ocorre nas viradas de ano, durante o processo de renovação de matrícula, apesar da recuperação de atrasados poder se estender por alguns anos após a cobrança original, sem que haja recuperação da totalidade dos valores inadimplidos.

c.2) Crises

A Bahema Educação e suas controladas estão sujeitas a crises que podem acontecer no Brasil. Crises econômicas normalmente aumentam a inadimplência, o desconto médio concedido aos responsáveis legais e a perda de estudantes para escolas mais baratas ou escolas públicas. Da mesma forma, crises de saúde podem gerar perda de alunos, em especial na educação infantil, além dos efeitos gerados por crises econômicas.

c.3) Greves

A Bahema Educação e suas controladas estão sujeitas a greves que podem acontecer no segmento. Essas greves podem afetar a operação normal das escolas, criando situações que podem levar a perda de estudantes e impactar significativamente a grade curricular.

c.4) Captação e retenção de estudantes

O resultado da Bahema Educação depende integralmente do resultado das escolas por ela controladas. As escolas controladas, por sua vez, têm seus resultados fortemente influenciados pela capacidade de captação e retenção dos seus estudantes. Uma queda no número de estudantes, reduz a receita com pouquíssima redução de custos, enquanto um aumento gera grandes ganhos de receita com alta margem. A capacidade de captar e reter os estudantes depende principalmente: (i) da qualidade do projeto pedagógico de cada escola (ii) da adequação do projeto às necessidades de aluno e família; (iii) da constante atualização e inovação das práticas educacionais e (iv) da capacidade de comunicação e marketing em converter tais qualidades em atração de estudantes.

c.5) Repasse de custos

Dado o mercado em que atuam, as controladas da Bahema Educação muitas vezes possuem custos que crescem acima da inflação. Os resultados das controladas dependem da capacidade de repasse desses custos, lembrando que existem algumas travas legais para o aumento indiscriminado do valor da anuidade escolar. A capacidade de repasse de custos também está baseada na percepção das famílias de que as escolas do grupo possuem um projeto pedagógico de qualidade.

c.6) O sucesso de cada escola depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis próprios ou de terceiros.

A localização e a acessibilidade das escolas é um fator importante para que os responsáveis pelos estudantes escolham uma determinada escola. Portanto, parte do sucesso das nossas escolas consiste em locar e/ou comprar imóveis bem localizados, com infraestrutura adequada,

4.1 Descrição dos fatores de risco

incluindo sob a perspectiva regulatória de alvarás, licenças e AVCB. Além disso, custos relacionados a aquisição, reformas, construção e reparos de imóveis existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas escolas podem variar no futuro e ter um efeito adverso em nossos negócios.

Os contratos de locação em que a Companhia ou suas controladas figuram como locatárias têm prazos determinados, nos termos da Lei nº 8.245/1991, conforme alterada (“Lei de Locação”).

Caso a Companhia ou suas controladas não sejam capazes de manter ou renovar seus Contratos de Locação ou celebrar novos contratos adequados, há o risco de incorrer em custos decorrentes da realocação de operações, perda e/ou diminuição de receita caso não haja substituição por um imóvel adequado à escola, ou caso haja demora em tal localização. Nesses casos, os resultados operacionais da escola podem ser adversamente afetados.

(d) a seus administradores

d.1) Eleição de membros da administração e conflito de interesses

O grupo controlador possui capacidade de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, que por sua vez elege os membros da Diretoria, bem como deliberar sobre as questões que necessitem da aprovação dos acionistas. Assim, o grupo controlador poderá exercer forte influência sobre as decisões estratégicas e executivas da Companhia. Os interesses do controlador podem eventualmente ser conflitantes com o dos demais acionistas.

(e) a seus fornecedores

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza compras de produtos e serviços em valores imateriais.

(f) a seus clientes

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui uma base de clientes bastante pulverizada, com todos os estudantes de uma escola partindo de uma mesma base de preço, apesar de alguns terem descontos comerciais maiores do que outros.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

g.1) Avanço na tecnologia

O aumento de tecnologias na área de educação, mesmo que com a falta de regulamentação, pode gerar riscos para a Bahema Educação e suas controladas caso as empresas não consigam acompanhar o avanço dessas tecnologias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

h.1) Investimento do governo em educação pública

A Bahema Educação e suas controladas podem ser afetadas nas atividades das escolas próprias com um aumento em investimento em educação pública, tornando as escolas públicas mais atrativas e, pelo conceito, de graça. Sendo assim, nós enfrentaríamos uma concorrência maior o que pode afetar nossa base de estudantes e conseqüentemente pressionar nosso resultado operacional.

h.2) Subsídio sobre impostos sobre receita

A Bahema Educação e suas controladas usufruem de uma alíquota mais baixa de Imposto Sobre Serviços (ISS) em alguns dos municípios em que opera. Os municípios, sejam as prefeituras ou câmaras de vereadores, podem alterar esse benefício, impactando a receita líquida da Companhia.

h.3) Modificações no currículo escolar

A Bahema Educação e suas controladas podem ser impactadas por novas regras e formatos de currículo escolar que os órgãos regulatórios podem criar e passar a exigir como item obrigatório, eventualmente demandando novos investimentos ou aumentando custos operacionais, uma vez que tais atualizações no currículo escolar, quando ocorrem em caráter sucessivo, ensejam a necessidade de acompanhamento e atualizações frequentes da Companhia e das controladas, em especial nos segmentos afetados pelas modificações curriculares, a exemplo das deliberações que instituíram a Reforma do Ensino Médio.

h.4) Permissão para homeschooling e/ou EAD

Caso o governo permita/regulamente as práticas de ensino à distância para educação básica ou *homeschooling* isso poderá afetar negativamente a demanda pelos serviços ofertados pela Companhia.

h.5) Fechamento das escolas

Devido à pandemia de Covid-19, ou outras doenças contagiosas que surjam futuramente, as autoridades locais podem tomar a decisão de obrigar o fechamento das escolas, impedindo o ensino presencial e prejudicando a sua qualidade, principalmente para o Ensino Infantil, o que pode acarretar a perda de estudantes.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Bahema Educação atua apenas no Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(j) a questões sociais

A Bahema Educação e suas controladas podem ser eventualmente afetadas por crises econômicas que produzam impactos socioeconômicos aos responsáveis financeiros por estudantes, aspecto eventualmente que pode acarretar em maior inadimplência, na redução do número de estudantes ou na ampliação dos descontos concedidos, com consequente redução da receita da Companhia e de suas controladas.

(k) a questões ambientais

A Bahema Educação e suas controladas prestam serviços de educação básica e os riscos ambientais nas instalações das escolas em geral são menos relevantes. Ainda assim, fatores ambientais podem eventualmente afetar imóveis em que são localizadas as escolas e nos quais fazemos investimentos relevantes.

Pela legislação ambiental, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de eventual contaminação no solo dos imóveis que é locatária, independentemente de ter sido ou não a efetiva causadora da contaminação.

(l) a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Os riscos climáticos, sejam físicos ou de transição, também, são menos relevantes ao ramo de atuação da companhia, podendo eventualmente afetar imóveis em que são localizadas as escolas.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ou suas controladas não possuíam outras questões relevantes, além daquelas descritas nos itens acima.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Riscos de investimento

A companhia desde 2016 busca crescer e gerar valor por meio de aquisições de participações societárias em empresas do setor de educação. Em decorrência, está exposta aos seguintes riscos de sua atividade de investimento: (i) crescer de forma inadequada; (ii) pagar valor acima do preço justo, ter que aportar recursos adicionais aos mapeados no processo de aquisição ou não obter o retorno esperado; (iii) enfrentar problemas nas aquisições realizadas, como contingências não identificadas e riscos do negócio, incluindo contingências, não antecipados; (iv) passar a figurar como sucessora da sociedade adquirida ou de seus vendedores em demandas jurídicas; (v) não gerar as sinergias esperadas; (vi) as sociedades investidas não gerarem o resultado ou caixa esperado.

Também fazemos investimentos relevantes na abertura de novas unidades ou nas unidades já existentes, buscando crescimento orgânico para algumas de nossas escolas. Nesse processo, estamos expostos a: (i) riscos de obra, tanto questões de engenharia como de estouro de orçamento previsto; (ii) riscos de demanda, tendo em vista que o ponto escolhido pode não atrair estudantes como havíamos previsto ou em um ritmo mais lento do que o planejado e (iii) risco de imagem, associado a uma operação ruim na nova unidade que pode contaminar a marca e prejudicar as outras unidades.

Riscos de insolvência

A Companhia possui endividamento líquido e pode não dispor de recursos para fazer frente aos compromissos assumidos em seu programa de investimentos e gastos de overhead, quer em decorrência da geração de caixa insuficiente, por deficiência no seu planejamento financeiro ou em razão de desembolsos não antecipados ou provisionados.

A ação da Companhia tem pouca liquidez.

As ações da Bahema Educação apresentam baixa liquidez, o que pode dificultar a execução de ordens de compra e venda. Nestas condições, o acionista da Bahema Educação poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejados e, conseqüentemente, poderá enfrentar problemas de solvência diante da impossibilidade de alienar suas ações, ou ver-se obrigado a aceitar descontos excessivos para poder vender suas ações, ou, contrariamente, ter que desembolsar prêmios exagerados quando quiser aumentar sua participação na Bahema Educação, prejudicando assim a rentabilidade de seus investimentos.

Captação e retenção de estudantes

O resultado da Bahema Educação depende integralmente do resultado das escolas por ela controladas. As escolas controladas, por sua vez, têm seus resultados fortemente influenciados pela capacidade de captação e retenção dos seus estudantes. Uma queda no número de estudantes, reduz a receita com pouquíssima redução de custos, enquanto um aumento gera grandes ganhos de receita com alta margem. A capacidade de captar e reter os estudantes

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

depende principalmente: (i) da qualidade do projeto pedagógico de cada escola (ii) da adequação do projeto às necessidades de aluno e família; (iii) da constante atualização e inovação das práticas educacionais e (iv) da capacidade de comunicação/marketing em converter tais qualidades em atração de estudantes.

Riscos relacionados à taxa de juros

Atualmente a Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas, utiliza crédito bancário via contratos de mútuo padrão (CCBs) e Notas Comerciais estruturadas. A maior parte dessas operações em um custo de dívida atrelado à taxa básica de juros (SELIC/CDI). Por sua natureza, tais operações estão sujeitas aos riscos de alteração nas condições de crédito (valores, custo, prazo e garantias) vigentes no mercado, à redução ou suspensão das linhas de crédito pelas instituições financeiras prestadoras, ao descumprimento involuntário de obrigações por parte da companhia que ensejem o vencimento antecipado de dívidas. Além disso, a empresa pode não conseguir captar recursos no mercado de capitais via aumentos de capital por descasamento entre preço por ação buscado pela empresa versus investidores e a falta de um mercado aquecido em momentos de crises, tanto econômicas quanto políticas. Assim, o retorno de investimento em novas escolas também pode ser afetado por mudanças na taxa de juros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

a) Riscos relacionados à taxa de juros

Atualmente a Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas, utiliza crédito bancário via contratos de mútuo padrão (CCBs) e Notas Comerciais estruturadas. A maior parte dessas operações em um custo de dívida atrelado à taxa básica de juros (SELIC/CDI). Por sua natureza, tais operações estão sujeitas aos riscos de alteração nas condições de crédito (valores, custo, prazo e garantias) vigentes no mercado, à redução ou suspensão das linhas de crédito pelas instituições financeiras prestadoras, ao descumprimento involuntário de obrigações por parte da companhia que ensejem o vencimento antecipado de dívidas. Além disso, a empresa pode não conseguir captar recursos no mercado de capitais via aumentos de capital por descasamento entre preço por ação buscado pela empresa versus investidores e a falta de um mercado aquecido em momentos de crises, tanto econômicas quanto políticas. Assim, o retorno de investimento em novas escolas também pode ser afetado por mudanças na taxa de juros.

b) Riscos do setor educacional

Na aquisição de novas marcas e escolas, a Companhia está sujeita a não conseguir achar boas oportunidades no setor educacional e isso pode ocorrer por dois fatores. O primeiro deles é a grande dificuldade de encontrar bons ativos no mercado de educação básica privada no país. O segundo é o descasamento entre o preço ofertado pela Bahema Educação e o preço requerido dos proprietários dos ativos vis-à-vis a concorrência e os valores atuais de mercado.

Na operação das escolas, a Bahema Educação está sujeita a riscos de mercado relacionados à demanda pelos produtos educacionais, que são fortemente influenciados no curto e médio prazo pelo estado da economia e da renda das famílias. No longo prazo, a evolução da demografia brasileira e a urbanização também são relevantes para a demanda. Na parte da oferta, outras instituições de ensino podem competir com a Companhia tanto pelos estudantes quanto pelos bons professores e demais colaboradores essenciais à prestação de serviços.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos f. principais fatos; g. resumo das decisões de mérito proferidas; h. estágio do processo; i. se a chance de perda é: i. provável; ii. Possível; iii. Remota; j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante; k. análise do impacto em caso de perda do processo.

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como tendo chance de perda “provável”, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral considerado individualmente relevante para a Companhia ou suas controladas e/ou que poderiam, individualmente, influenciar decisões de investimento, ou que poderiam trazer riscos de imagem inerentes a certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias. Para tal avaliação, a companhia entende que, do ponto de vista financeiro, processos com valor de risco acima R\$ 3 milhões de reais com materialidade já avaliada poderiam trazer impactos financeiros relevantes, sem prejuízo da avaliação de danos de imagem.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas eram partes em demandas cíveis, tributárias e trabalhistas avaliadas como perda provável e que, portanto, estavam provisionadas, no valor total aproximado de R\$ 764 mil, as quais não são individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

Além disso, as causas com prognóstico possível, que não são provisionadas, totalizavam um valor de risco de aproximadamente R\$ 14,3 milhões.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo sigiloso considerado relevante.

4.7 Outras contingências relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ou suas controladas não possuíam qualquer outra contingência relevante, além daquelas descritas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de outubro de 2022 e divulgada na CVM em 26 de outubro de 2022.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia objetiva a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de possíveis riscos com vistas à redução dos níveis de exposição da Companhia e de suas controladas. As estratégias para Gestão de Riscos e Controles Internos envolvem a comunicação tempestiva dos riscos e o envolvimento de todos os participantes do processo de gerenciamento e monitoramento, de forma a promover subsídios para tomada de decisão visando a mitigação ou redução da exposição da Companhia.

Os riscos para os quais se busca proteção são (i) **riscos estratégicos**, relacionados às decisões estratégicas decorrentes da condução dos negócios e da adaptação às mudanças no ambiente; (ii) **riscos financeiros**, associados ao mercado e crédito; (iii) **riscos de compliance/regulamentares**, relacionados às eventuais sanções legais ou regulatórias; (iv) **riscos cibernéticos**, relacionados à gestão dos recursos tecnológicos quanto ao acesso, confidencialidade, credibilidade, disponibilidade e integridade das informações; (v) **riscos operacionais**, associados às falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, recursos humanos e eventos externos; e (vi) **riscos de imagem**, relacionado à ocorrência dos demais riscos, que possa causar dano à reputação, credibilidade ou marca.

Neste sentido, os instrumentos utilizados para a proteção dos riscos supracitados envolvem (i) a identificação dos riscos existentes, através do mapeamento de processos e da estrutura de controles internos; (ii) a avaliação e classificação dos riscos considerando o nível e a natureza; (iii) o estabelecimento de critério para cálculo da severidade e probabilidade; (iv) a elaboração da matriz de riscos da companhia.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve:

- (i) Conselho de Administração**, responsável pelo monitoramento de gestão de riscos e controles internos, e pela discussão dos riscos estratégicos da companhia, que devem se enquadrar dentro da tolerância permitida pelo órgão.
- (ii) Diretoria Executiva**, responsável pela definição de recursos e metas que viabilizam o bom funcionamento da gestão de riscos, pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos no grupo Bahema Educação, e pela determinação da resposta aos riscos, isto é, medidas para evitar, reduzir, compartilhar e/ou aceitar o risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iii) **Diretoria Financeira, de Relações com os Investidores e de Novos Negócios**, responsável pela consolidação dos riscos da Companhia e a proposta da metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos Riscos
- (iv) **Comitê de Risco, Auditoria e Compliance**, que atua na validação, supervisão e avaliação dos processos de monitoramento de riscos]
- (v) **Gestores responsáveis por cada segmento da Companhia**, a quem se atribuem os reportes tempestivos dos riscos existentes nas respectivas áreas de negócio à Diretoria Financeira, de Relações com os Investidores e de Novos Negócios, e o gerenciamento de riscos a partir das estratégias de resposta aos riscos, além da aplicação de ações preventivas e corretivas.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Conselho da Administração é o responsável pela avaliação anual da qualidade e adequação da matriz de riscos, que embasa os processos de gerenciamento de risco da Companhia. Além disso, anualmente, a Diretoria deverá avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos, com vistas à avaliação periódica dos sistemas de gestão de riscos e controles internos e à redução dos níveis de exposição da Companhia e de suas controladas.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

As principais práticas de controles internos consistem na conciliação diária dos lançamentos de pagamentos e recebimentos e fluxo de caixa, com os extratos bancários, e na conciliação mensal destes mesmos relatórios com a razão contábil. De uma maneira geral, estes controles são rigorosos e eficientes na administração do caixa da companhia. As deficiências dizem respeito à classificação gerencial dos lançamentos, o que eventualmente pode implicar em retrabalho administrativo.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

Os controles internos ficam sob a responsabilidade do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro. O controle interno é subsidiariamente realizado pela Coordenação de Contabilidade que, sob a orientação do Diretor Financeiro, realiza a execução diária dos controles internos, incluindo a conciliação de pagamentos, recebimentos e fluxo de caixa. Além disso, a Coordenação de Contabilidade é responsável por realizar a conciliação mensal dos relatórios com a razão contábil.

Os Auditores Independentes realizam uma revisão independente dos controles internos implementados pela companhia, garantindo que as práticas adotadas estejam de acordo com os padrões contábeis e regulatórios.

O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance se reúne mensalmente para acompanhar a implementação das políticas de controles internos, revisar as regras de governança corporativa e debater demais assuntos correlatos na Companhia. O Comitê, quando identifica possíveis deficiências nos controles, propõe ações corretivas para mitigá-las.

O relacionamento entre estas áreas e órgãos é baseado em uma estrutura de supervisão colaborativa. O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro são responsáveis por assegurar que a Coordenação de Contabilidade realize suas funções adequadamente, enquanto os Auditores Independentes fornecem uma avaliação objetiva e externa da eficácia dos controles internos. O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance possui uma função consultiva e de assessoramento ao Conselho de Administração na identificação de riscos e falhas de controles internos, com a proposição de ações mitigatórias.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é supervisionado e reportado através da estrutura de governança estabelecida dentro da organização. Embora não haja envolvimento direto dos administradores na supervisão operativa dos controles internos, alguns mecanismos de monitoramento estão estabelecidos:

5.2 Descrição dos controles internos

Embora o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro não supervisionem diretamente os controles internos, ambos conhecem e acompanham a revisão das demonstrações contábeis preparadas pela Coordenação de Contabilidade e auditadas de forma independente pelo Auditor Independente. A Coordenação de Contabilidade, que se reporta diretamente ao Diretor Financeiro, realiza o monitoramento diário e mensal dos controles internos, assegurando a execução correta e eficiente das práticas estabelecidas.

Anualmente, os Auditores Independentes revisam os controles internos da Companhia e reportam suas conclusões, incluindo deficiências eventualmente identificadas e recomendações às partes interessadas da organização. Esse relatório é avaliado pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Financeiro e pelo Comitê de Risco, Auditoria e Compliance, que acompanham a implementação de planos de ação para mitigação de riscos e correção de eventuais deficiências identificadas.

Por sua vez, o Comitê Financeiro e de Novos Negócios, que tem em sua composição no mínimo um membro do Conselho de Administração, realiza o acompanhamento mensal dos resultados e do orçamento do Grupo Bahema Educação. Há ainda o acompanhamento mensal da análise real/orçado pelos diretores regionais e gerentes administrativos financeiros de cada uma das escolas investidas.

Este sistema de supervisão foi estruturado para assegurar a evolução dos controles internos da Companhia, bem como que eventual deficiência nos controles internos seja identificada e tratada de forma oportuna. Os resultados dessas atividades de monitoramento são reportados aos administradores e, quando necessário, ao Conselho de Administração para que ações corretivas sejam implementadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Com as aquisições realizadas nos últimos anos, o cenário de consolidação e apresentação da demonstração financeira da Companhia foi alterado, de forma que os auditores independentes identificaram 3 pontos sobre a avaliação dos controles internos considerados significativos (listados na sequência). De acordo com os auditores, os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como não afetaram a opinião emitida no relatório de auditoria datado de março de 2023.

A informação apresentada neste formulário de referência está em conformidade com a última comunicação por escrito das deficiências de controle interno encaminhada pelos auditores independentes, conforme exigido pela Resolução CVM nº 23/21. As deficiências significativas identificadas pelos auditores independentes e suas recomendações estão detalhadas resumidamente a seguir:

1. Consolidação das Demonstrações Contábeis – “Significativo”

5.2 Descrição dos controles internos

Situação atual: necessidade da internalização de uma escola que ainda conta com contabilidade externa.

Riscos envolvidos: potenciais erros e atrasos na consolidação.

Recomendação: uniformização dos planos de contas e internalização da contabilidade.

Comentários da Administração: a Administração concorda com a recomendação. A internalização da contabilidade do Centro Educacional Viva está prevista para acontecer ao longo do segundo semestre de 2024, permitindo assim a unificação do plano de contas contábeis e a eliminação do risco de erros e atrasos na consolidação das demonstrações contábeis.

2. Lançamentos contábeis manuais – “Significativo”

Situação atual: necessidade de revisão e aprovação dos lançamentos manuais.

Riscos envolvidos: possíveis distorções nas demonstrações contábeis.

Recomendação: implementação de controles de revisão e aprovação de lançamentos manuais.

Comentários da Administração: a Companhia atualmente possui um Comitê de Risco, Auditoria e Compliance que assessora o Conselho de Administração e analisa as informações financeiras trimestrais, buscando corrigir distorções e erros possivelmente causados por lançamentos manuais. Além disso, o Diretor Financeiro revisa os quadros e notas explicativas, fazendo a conciliação das informações com a visão gerencial. Adicionalmente, é estudada a criação de uma área de auditoria interna, que atenderia a recomendação citada. Porém, no momento a Administração entende que os custos dessa medida não são compatíveis com o porte da Companhia.

3. Ausência de políticas e procedimentos formalizados para prevenção de fraude - “Significativo”

Situação atual: falta de políticas e procedimentos formalizados.

Riscos envolvidos: distorções não detectadas a tempo.

Recomendação: complemento de políticas e procedimentos de prevenção, detecção e combate à fraude e formalização de um canal de denúncia.

Comentários da Administração: a Companhia atualmente possui um canal de denúncia (Canal de Transparência) em funcionamento, em complemento ao Código de Ética aprovado e amplamente divulgado para todos os seus colaboradores. Todas as denúncias e apontamentos recebidos são analisados por uma Comissão de Ética, formada por representantes das áreas jurídica, de recursos humanos e de controladoria. Em qualquer caso, a administração está atenta

5.2 Descrição dos controles internos

às recomendações dos auditores independentes e acompanha para que ocorra a implementação de melhorias necessárias para assegurar a eficácia dos controles internos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários da administração estão descritos, no item anterior, na sequência de cada ponto identificado pelos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

O Código de Ética da Companhia que estabelece os princípios, valores e condutas mínimas de atuação profissional que são esperadas de todos os colaboradores, administradores, executivos, consultores, fornecedores, subcontratados, parceiros de negócios, representantes e quaisquer outros terceiros e parceiros de negócio do grupo econômico da Companhia, incluindo suas escolas, subsidiárias, sociedades controladas, sob controle comum ou coligadas. O Código de Ética traz disposições específicas visando a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Adicionalmente, há o Canal de Transparência, que pode ser utilizado por qualquer pessoa, de forma identificada ou anônima, para denúncias ou relatos referentes ao cumprimento do Código de Ética e da legislação em vigor.

(b) se a Companhia possui canal de denúncia.

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Sim, a Companhia possui o Canal de Transparência, gerenciado por empresa independente, em que o público interno e externo pode fazer denúncias e relatos referentes ao cumprimento do Código de Ética e da legislação em vigor, seja por meio de telefone gratuito, site ou aplicativo. As denúncias e relatos podem ser feitas de forma anônima ou identificada, observando sempre o devido sigilo. A Comissão de Ética é responsável pela apuração das denúncias recebidas no Canal de Transparência, e reporta diretamente ao Comitê de Riscos, Auditoria e Compliance da companhia.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

No canal de denúncia da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, não foram identificados casos relativos a quaisquer atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Em relação ao exercício anterior, não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia esteja exposta. Entretanto, vale ressaltar que o fechamento de escolas durante meses em razão da pandemia de Covid-19, algo que nunca havia acontecido antes, resultou numa perda de quase 30% dos alunos matriculados no Ensino Infantil em 2021 e mostrou que o ensino presencial é essencial para crianças nessa faixa etária. Assim, qualquer evento que acarrete na necessidade de fechar as escolas e partir para o ensino à distância pode gerar uma perda de alunos. Porém, tendo em vista a recente reação negativa da sociedade ao fechamento prolongado das escolas, parece ficar cada vez mais claro para as autoridades governamentais que o ensino básico é um serviço essencial. Logo, a tendência nos próximos anos é de uma exposição menor a esse risco.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.						
10.793.428/0001-92	Brasil	Sim	Sim	16/05/2024		
Não	Heron Ricardo Parron		Física		267.708.398-14	
7.111.996	26,949	0	0,000	7.111.996	26,949	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro						
043.580.888-56	Brasil	Não	Não	16/05/2024		
Não						
93.915	0,356	0	0,000	93.915	0,356	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Guilherme Affonso Ferreira Filho						
353.147.828-12	Brasil	Sim	Sim	16/05/2024		
Não						
756.823	2,868	0	0,000	756.823	2,868	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JORGE BRIHY JUNIOR						
312.802.148-13	Brasil	Não	Não	16/05/2024		
Não						
1.428.748	5,414	0	0,000	1.428.748	5,414	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JV EDUCACAO FI EM PART MULTISTRATEGIA						
39.262.195/0001-83	Brasil	Sim	Sim	16/05/2024		
Não	MINT GUADUA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.		Juridica		11.502.768/0001-80	
7.745.861	29,351	0	0,000	7.745.861	29,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações						
27.928.149/0001-91	Brasil	Sim	Sim	16/05/2024		
Não	MINT GUADUA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.		Juridica		11.502.768/0001-80	
3.131.599	11,866	0	0,000	3.131.599	11,866	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
6.121.640	23,196	0	0,000	6.121.640	23,196	
TOTAL						
26.390.582	100,000	0	0,000	26.390.582	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.				10.793.428/0001-92		
FAIRFAX BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA						
11.281.222/0001-46	Brasil	Não	Sim	16/05/2024		
Não						
756.382.576	100,000	0	0,000	756.382.576	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FFHL GROUP LTD						
10.874.175/0001-81	Canadá	Não	Não	16/05/2024		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.				10.793.428/0001-92		
756.382.577	100,000	0	0,000	756.382.577	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JV EDUCACAO FI EM PART MULTISTRATEGIA				39.262.195/0001-83		
FUNDO COMPOSTELLA						
38.945.561/0001-36	Brasil	Não	Não	16/05/2024		
Não						
59.694	50,400	0	0,000	59.694	50,400	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
58.746	49,600	0	0,000	58.746	49,600	
TOTAL						
118.440	100,000	0	0,000	118.440	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações				27.928.149/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FAIRFAX BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA				11.281.222/0001-46		
FFHL GROUP LTD						
10.874.175/0001-81	Canadá	Não	Sim	16/05/2024		
Não						
9.997	99,970	0	0,000	9.997	99,970	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
3	0,030	0	0,000	3	0,030	
TOTAL						
10.000	100,000	0	0,000	10.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FFHL GROUP LTD				10.874.175/0001-81		
FAIRFAX FINANCIAL HOLDINGS LT-CANADA						
10.874.176/0001-26	Canadá	Não	Sim	16/05/2024		
Não						
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FAIRFAX FINANCIAL HOLDINGS LT-CANADA				10.874.176/0001-26		
The Sixty Two Investment Company Lt-Canada						
Não	Canadá	Não	Sim	16/05/2024		
4.193	41,930	0	0,000	4.193	41,930	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
5.807	58,070	0	0,000	5.807	58,070	
TOTAL						
10.000	100,000	0	0,000	10.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
The Sixty Two Investment Company Lt-Canada						
Canadian Limited-Canada						
	Canadá	Não	Não	16/05/2024		
Não						
4.999	49,990	0	0,000	4.999	49,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Ontario Limited						
	Canadá	Não	Sim	16/05/2024		
Não						
5.001	50,010	0	0,000	5.001	50,010	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
The Sixty Two Investment Company Lt-Canada						
10.000	100,000	0	0,000	10.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ontario Limited						
Watsa Family Trust						
	Canadá	Não	Sim	16/05/2024		
Não						
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Watsa Family Trust						
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	1.030
Quantidade acionistas pessoa jurídica	30
Quantidade investidores institucionais	12

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	5.846.455	22,154%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	5.846.455	22,154%

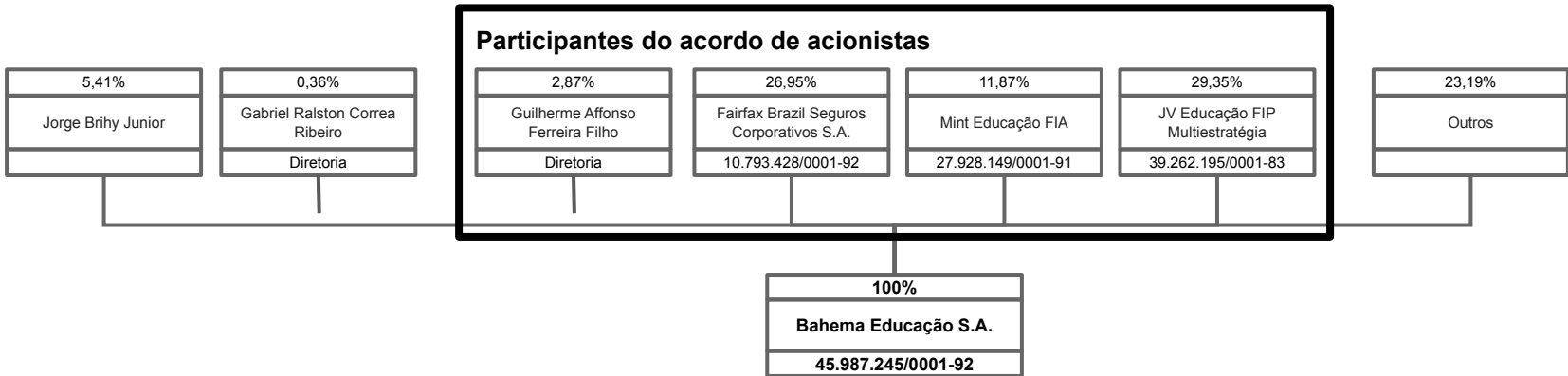
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BAHEMA EDITORA E LIVRARIA LTDA.	28.771.361/0001-50	100
BAHEMA EDUCAÇÃO RJ LTDA.	25.249.401/0001-00	100
CURSO INTERGRAUS LTDA.	43.789.650/0001-70	100
Escola Mais Educação Ltda.	26.086.054/0001-05	100
ESCOLA VIVA PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.657.270/0001-30	100
ESCOLAS BESA LTDA.	26.643.740/0001-30	100



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

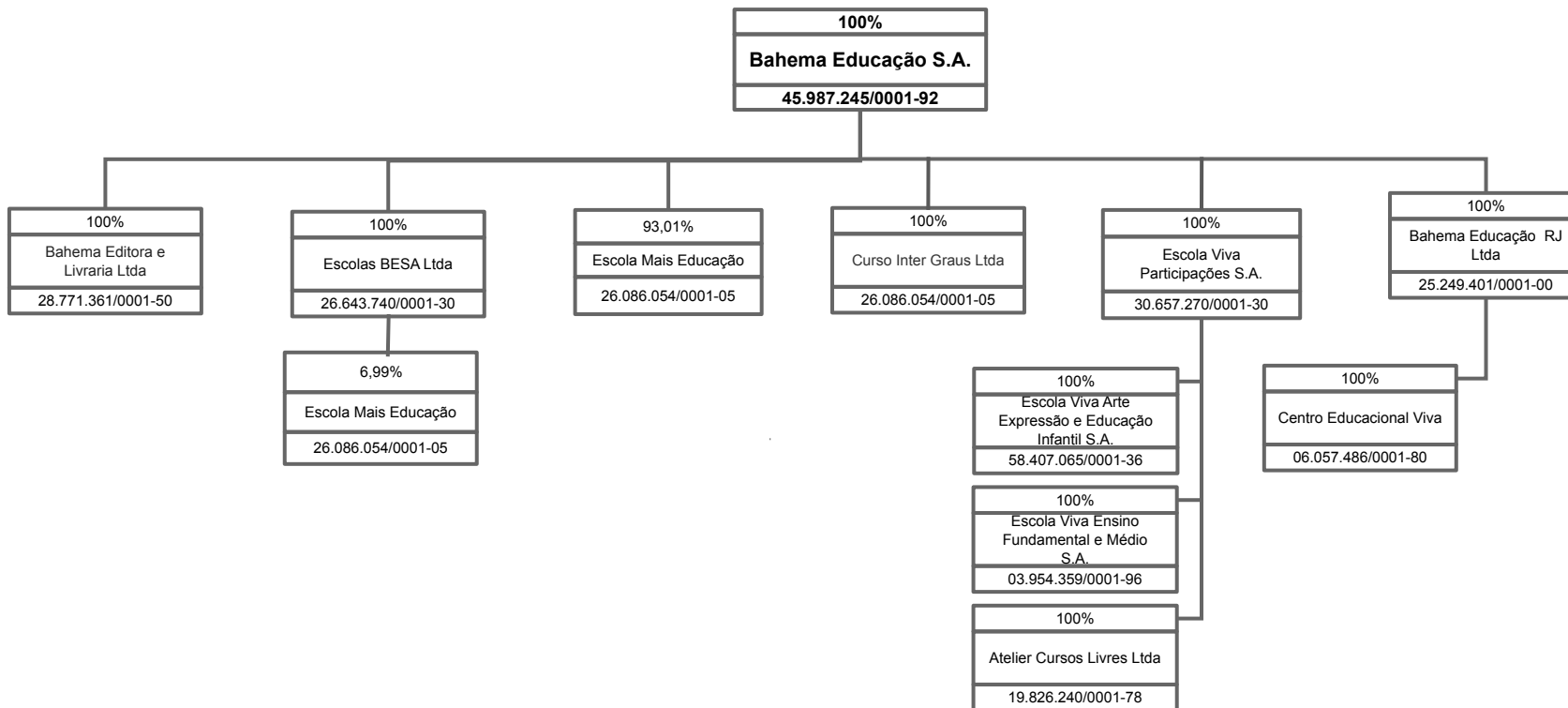
Ref.: 2024.04





6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Ref.: 2024.04



6.6 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política de indicação e de preenchimento dos órgãos de administração formalmente aprovada. No entanto, no acordo de acionistas, há regras referentes à indicação dos membros do Conselho de Administração, tais como, para os investidores, há vinculação dos direitos de indicação de membros do Conselho à obtenção dos percentuais de participação do capital social conforme definições do acordo de acionistas e, também, há definição das condições de destituição de membros indicados por cada investidor. Além disso, não há política de indicação ao Conselho Fiscal, que, no momento, não está instalado.

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração e demais comitês que se reportam ao Conselho de Administração da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Ademais, o Estatuto Social estabelece, em seu artigo 17(l), que compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas que sejam considerados parte relacionada da Companhia e/ou sociedades por esta controladas, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que o administrador, nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d) por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Vide quadro estruturado.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

No momento, não há objetivos específicos em relação aos órgãos de administração, considerando o porte da Companhia. Entretanto, como regra geral, já existem políticas afirmativas de contratação aplicável para a Companhia e suas controladas.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Diretoria Executiva é responsável pela definição de recursos e medidas para evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos relacionados às questões climáticas, assim como a avaliação estratégica sobre a adoção de práticas ASG que entenda cabíveis ao ramo de atuação da Companhia. O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance e o Conselho de Administração auxiliam no monitoramento dos riscos, de forma a minimizar os impactos de eventuais mudanças ambientais para a Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	1	5	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 17	3	14	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	6	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 17	0	17	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê Financeiro e de Novos Negócios; (iv) Comitê de Risco, Auditoria e Compliance; (v) Comitê de Pessoas e Cultura; e (vi) Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica; podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal.

A Diretoria reporta ao Conselho de Administração. Além disso, o Comitê Financeiro e de Novos Negócios, o Comitê de Risco, Auditoria e Compliance, o Comitê de Pessoas e Cultura, o Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica, todos não estatutários, instituídos em Reunião do Conselho de Administração, são órgãos de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Cabe ao Comitê de Risco, Auditoria e Compliance supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos, nos termos de seu regimento interno. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir tais auditores independentes. Atualmente, a Companhia não possui política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um canal para que as questões críticas relacionadas exclusivamente a temas e práticas ASG cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração. No entanto, há um Canal de Transparência, que tem como função o recebimento de relatos de casos que possam configurar descumprimento da legislação aplicável ou do Código de Ética. Os relatos são avaliados por uma Comissão de Ética, que tem reporte ao Comitê de Risco, Auditoria e Compliance que, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome Bruno de Almeida Camargo **CPF:** 217.374.248-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 21/01/1975

Experiência Profissional: Bruno é formado em Engenharia Civil pelo Mackenzie, possui um MBA em finanças pelo IBMEC e uma pós graduação na Graduate School of Business da Univesidade de Stanford. Trabalhou como engenheiro na João Fortes Engenharia S.A., Hogar Engenharia e Birmann S.A. Trabalhou por 11 anos no Itaú Seguros, depois no Itaú XL Seguros Corporativos e Itaú Unibanco. Bruno começou a operação da Fairfax Brasil em 2009, em conjunto com Jaques Bergman. Desde lá, atuou como CFO e é atualmente o CEO.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome Cássio Beldi **CPF:** 322.292.768-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/04/1986

Experiência Profissional: Formado em Administração de empresas com MBA pela Columbia University & London Business School. Possui mais quinze anos de experiência no mercado de capitais, com foco em análise de empresas, finanças comportamentais e investimentos em educação. É sócio e da MintPar Gestora de Recursos e gestor dos fundos Mint & JV Educação. Anteriormente, trabalhou na área de Family Offices do Itaú-Unibanco, Portfolio Management no Santander Private Banking da Suíça e analista de investimentos de um single family office.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Sim	29/04/2019

Nome Daniel Faccini Castanho **CPF:** 177.268.508-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/05/1975

Experiência Profissional: É um dos fundadores da Ânima Holding S.A., tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente da referida Companhia até 14/08/2018. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) em 1997, fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome DANIEL GONÇALVES MANAIA MOREIRA **CPF:** 089.234.546-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1988

Experiência Profissional: Daniel é formado em Economia pela Universidade de São Paulo e mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Columbia em Nova York. Atuou por 7 anos no mercado financeiro em fundos de hedge, public equities e private equity. Nos últimos 6 anos foi sócio e membro do Comitê Executivo da Arco Educação, onde desempenhou as funções de Diretor de Fusões e Aquisições, CHRO (Chief Human Resources Officer) e CEO de Unidade de Negócio (líder das marcas de sistema de ensino Positivo, SAE Digital e Conquista, atendendo 1.000.000 de alunos em 5.000 escolas parceiras).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome EDUARDO COPPOLA GUTIERREZ **CPF:** 253.118.048-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/03/1976

Experiência Profissional: Formado em administração pela FAAP, com MBA pela ESPM e OPM pela Harvard Business School. Iniciou sua carreira no mercado financeiro com passagens pelo Citibank e posteriormente Banco Garantia. Atuou por duas décadas como sócio e CEO da Keepers Brasil, empresa líder do setor de Gestão da Informação e Armazenagem de Documentos, até a venda para o maior player global do segmento. Atuou por 5 anos como Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Gestão de Documentos. Atualmente dedica seu tempo como investidor nos segmentos financeiros, imobiliários e private equity. Sócio da Oikos Wealth Management, um multi family office. Sócio investidor da Bahema Educação desde o início do projeto educacional.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Suplente)		30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro **CPF:** 043.580.888-56 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 06/03/1974

Experiência Profissional: O Sr. Gabriel Ribeiro é um executivo com sólida carreira na área de educação e finanças. Trabalhou por mais de dez anos na Procter & Gamble, como diretor de planejamento financeiro para a América Latina e, antes de ser eleito Diretor Presidente da Bahema Educação, atuou na Ânima Educação S.A., onde segue sendo acionista membro do grupo de controle, tendo ocupado os cargos de Diretor de Relações com Investidores e de Diretor Financeiro, da companhia e de diversas de suas subsidiárias entre 2007 e 2018. Em 2018, foi eleito membro do Conselho de Administração da Ânima, cargo em que permanece atualmente. Além de sua experiência no ensino superior, Gabriel traz ainda uma experiência no ensino básico, como associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde 2014. Também preside o Conselho de Administração da Corrêa Ribeiro Comércio e Indústria S.A.. Ribeiro graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2023	Até AGO 2025	Diretor Presidente / Superintendente		11/05/2023	Não	29/04/2020

Nome Guilherme Affonso Ferreira Filho **CPF:** 353.147.828-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/10/1986

Experiência Profissional: Sócio Diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento. Está desde 2016 como diretor da Bahema Educação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024
Diretoria	11/05/2023	Até AGO 2025	Outros Diretores	Diretor Financeiro	11/05/2023	Não	18/03/2016

Nome Ignacio Dauden Martinez **CPF:** 213.279.458-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/10/1975

Experiência Profissional: Graduiu-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Foi Diretor estatutário do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A., mantenedor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH , além de ser membro dos seguintes Comitês da Ânima: M&A e Financeiro. Além disso, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios na Ânima Educação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		30/04/2024	Não	29/09/2020

Nome Jeffrey Norman Ware **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/05/1977

Experiência Profissional: Pós graduado no programa de Value Investing da Columbia Business School, possui mais de 10 anos de experiência em buy - side, analisando oportunidades públicas e privadas ao redor do mundo. É VP da Fairfax Financil Holdings, localizada em Toronto, há 10 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	01/05/2021

Nome JORGE BRIHY JUNIOR **CPF:** 312.802.148-13 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/07/1983

Experiência Profissional: Administrador de empresas com Pós graduado em Finanças, Investimentos e Banking pela PUC-RS. Certificações CPA-20 e CEA emitidos pela ANBIMA e certificação ANCORD para distribuição de valores mobiliários. Possui cursos de extensão em finanças corporativas pelo New York Institute of Finance e Value Investing pela Columbia University Graduate School of Business. Sócio administrador do Colégio Objetivo Alphaville e Colégio Objetivo Cantareira, ambos no estado de São Paulo. E do Colégio Buriti no estado de Santa Catarina.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome Luiz Antônio Beldi Castanho **CPF:** 205.159.878-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/10/1944

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela FEI – Faculdade de Engenharia Industrial em 1970 – São Paulo/SP. Pós-Graduação em Administração de Empresas, área Economia de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da fundação Getúlio Vargas em 1976. Pedagogia com especialização em Administração Escolar pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itapetininga em 1986.
 - Professor da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, da UNESP, de 1973 a 1977. - Diretor da Faculdade de Engenharia de Sorocaba, de 1977 a 1979.
 - Mantenedor e diretor do grupo Ágathos Educacional, entidade que congrega várias escolas de ensino fundamental, médio e superior nas cidades de Sorocaba, São Roque e Itapetininga, desde 1974.
 -Membro do Conselho de Administração do Grupo Ânima Educação de 2011 a 2016.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome Marcelo Battistella Bueno **CPF:** 171.266.448-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 30/07/1974

Experiência Profissional: É um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG)

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome MARIA CECILIA KOELLE YUNES **CPF:** 255.816.708-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 04/11/1977

Experiência Profissional: - Trabalhou por mais de 10 anos, de 2001 a 2011, como Coordenadora de Educação Infantil do Colégio Koelle em Rio Claro
 - ?De 2011 a 2016 trabalhou como advisor da coordenação do Colégio Koelle e participou das negociações e venda da sociedade
 - ?Atua na gestão e incorporação imobiliária, inclusive de escolas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome Maria Fernanda Rocha Tabacow **CPF:** 204.956.538-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 13/08/1975

Experiência Profissional: Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, formada em Pedagogia pela Unip, Mestre em Educação pela PUC de Campinas. Atua na área da educação desde 1999, com experiência em docência no Ensino Superior, coordenação pedagógica e direção escolar.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	29/04/2019

Nome Mauricio Nogueira Escobar **CPF:** 179.933.738-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Escobar é um dos fundadores da Anima. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da UNIMONTE entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações na Ânima entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do Conselho de Administração da Ânima de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Foi membro do Conselho de Administração da Ânima e membro dos seguintes Comitês da Ânima: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	Até AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	22/09/2020

Nome PAULA CRISTINA BALLERONI MORARI **CPF:** 312.168.638-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 16/09/1983

Experiência Profissional: Atua na Companhia desde 2021, sendo responsável pelo departamento jurídico da Companhia e de suas escolas investidas. Possui ampla experiência profissional, tendo atuado por mais de 14 anos em instituições de renome, entre elas Itaú Unibanco, Bradesco e Carrefour, antes de se juntar à Bahema Educação. Graduiu-se em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2005.

Órgãos da Administração:

<u>Órgão da Administração</u>	<u>Data da Eleição</u>	<u>Prazo do mandato</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Descrição de outro cargo/função</u>	<u>Data de posse</u>	<u>Foi eleito pelo controlador</u>	<u>Data de início do primeiro mandato</u>
Diretoria	03/05/2024	Até AGO 2025	Diretor de Relações com Investidores		03/05/2024	Não	03/05/2024

7.4 Composição dos comitês

Nome: Anike Souza Paes **CPF:** 292.285.418-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bancária **Data de Nascimento:** 17/04/1981

Experiência Profissional: Administradora de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com MBA em Finanças pelo Insper, possui mais de vinte anos de experiência em instituições financeiras, com ênfase em soluções corporativas para médias e grandes empresas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	21/11/2022

Nome: Bruno Bertolucci Belliboni **CPF:** 369.514.748-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/03/1988

Experiência Profissional: Bruno Belliboni, foi diretor de operações da Bahema de março de 2017 até fevereiro de 2023 e membro do conselho consultivo da ABEPAR (Associação Brasileira de Escolas Particulares) entre março de 2016 e maio de 2023. Antes disso, foi diretor executivo administrativo do Colégio Pentágono (março 2013- março 2017). Passou também pelo Gera Venture Capital (agosto 2011 - março 2013) e pela M Square Investimentos, atual VELT Partners (abril 2009 - junho 2011). É formado em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP - FGV) e tem MBA pelo IESE Business School (Universidad de Navarra).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	10/11/2023

Nome: Cássio Beldi **CPF:** 322.292.768-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/04/1986

Experiência Profissional: Formado em Administração de empresas com MBA pela Columbia University & London Business School. Possui mais quinze anos de experiência no mercado de capitais, com foco em análise de empresas, finanças comportamentais e investimentos em educação. É sócio e da MintPar Gestora de Recursos e gestor dos fundos Mint & JV Educação. Anteriormente, trabalhou na área de Family Offices do Itaú-Unibanco, Portfolio Management no Santander Private Banking da Suíça e analista de investimentos de um single family office.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	02/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica		03/05/2024	Não	16/05/2022

Nome: Daniel Faccini Castanho **CPF:** 177.268.508-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/05/1975

Experiência Profissional: É um dos fundadores da Ânima Holding S.A., tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente da referida Companhia até 14/08/2018. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) em 1997, fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica		03/05/2024	Não	16/05/2022

Nome: DANIEL GONÇALVES MANAIA MOREIRA **CPF:** 089.234.546-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1988

Experiência Profissional: Daniel é formado em Economia pela Universidade de São Paulo e mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Columbia em Nova York. Atuou por 7 anos no mercado financeiro em fundos de hedge, public equities e private equity. Nos últimos 6 anos foi sócio e membro do Comitê Executivo da Arco Educação, onde desempenhou as funções de Diretor de Fusões e Aquisições, CHRO (Chief Human Resources Officer) e CEO de Unidade de Negócio (líder das marcas de sistema de ensino Positivo, SAE Digital e Conquista, atendendo 1.000.000 de alunos em 5.000 escolas parceiras).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026	Comitê de Pessoas e Cultura		03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: EDUARDO COPPOLA GUTIERREZ **CPF:** 253.118.048-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/03/1976

Experiência Profissional: Formado em administração pela FAAP, com MBA pela ESPM e OPM pela Harvard Business School. Iniciou sua carreira no mercado financeiro com passagens pelo Citibank e posteriormente Banco Garantia. Atuou por duas décadas como sócio e CEO da Keepers Brasil, empresa líder do setor de Gestão da Informação e Armazenagem de Documentos, até a venda para o maior player global do segmento. Atuou por 5 anos como Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Gestão de Documentos. Atualmente dedica seu tempo como investidor nos segmentos financeiros, imobiliários e private equity. Sócio da Oikos Wealth Management, um multi family office. Sócio investidor da Bahema Educação desde o início do projeto educacional.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: Guilherme Affonso Ferreira Filho **CPF:** 353.147.828-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/10/1986

Experiência Profissional: Sócio Diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento. Está desde 2016 como diretor da Bahema Educação.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	03/05/2024
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: Ignacio Dauden Martinez **CPF:** 213.279.458-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/10/1975

Experiência Profissional: Graduou-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Foi Diretor estatutário do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A., mantenedor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, além de ser membro dos seguintes Comitês da Ânima: M&A e Financeiro. Além disso, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios na Ânima Educação.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026			03/05/2024	Não	02/10/2020

Nome: João Baptista Pacheco Antunes de Carvalho **CPF:** 811.788.406-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 28/08/1966

Experiência Profissional: Formado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi professor de direito civil, do trabalho e comercial no Centro Universitário UNA. Atualmente é diretor jurídico da Anima Educação, atuando também em investidas da empresa, como a UNA, UNIBH e UNIMONTE

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026			03/05/2024	Não	02/10/2020

Nome: JORGE BRIHY JUNIOR **CPF:** 312.802.148-13 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/07/1983

Experiência Profissional: Administrador de empresas com Pós graduado em Finanças, Investimentos e Banking pela PUC-RS. Certificações CPA-20 e CEA emitidos pela ANBIMA e certificação ANCORD para distribuição de valores mobiliários. Possui cursos de extensão em finanças corporativas pelo New York Institute of Finance e Value Investing pela Columbia University Graduate School of Business. Sócio administrador do Colégio Objetivo Alphaville e Colégio Objetivo Cantareira, ambos no estado de São Paulo. E do Colégio Buriti no estado de Santa Catarina.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica		03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: MARIA CECILIA KOELLE YUNES **CPF:** 255.816.708-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 04/11/1977

Experiência Profissional:

- Trabalhou por mais de 10 anos, de 2001 a 2011, como Coordenadora de Educação Infantil do Colégio Koelle em Rio Claro
- ?De 2011 a 2016 trabalhou como advisor da coordenação do Colégio Koelle e participou das negociações e venda da sociedade
- ?Atua na gestão e incorporação imobiliária, inclusive de escolas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica		03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: Maria Fernanda Rocha Tabacow **CPF:** 204.956.538-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 13/08/1975

Experiência Profissional: Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, formada em Pedagogia pela Unip, Mestre em Educação pela PUC de Campinas. Atua na área da educação desde 1999, com experiência em docência no Ensino Superior, coordenação pedagógica e direção escolar.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica		03/05/2024	Não	02/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026	Comitê de Pessoas e Cultura		03/05/2024	Não	03/05/2024

Nome: Mauricio Nogueira Escobar **CPF:** 179.933.738-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Escobar é um dos fundadores da Anima. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da UNIMONTE entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações na Anima entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do Conselho de Administração da Anima de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Foi membro do Conselho de Administração da Anima e membro dos seguintes Comitês da Anima: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO de 2026	Comitê de Pessoas e Cultura		03/05/2024	Não	02/10/2020

Nome: Rodrigo Rosseto Dias Ramos **CPF:** 142.018.098-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 02/06/1974

Experiência Profissional:

Rodrigo é Diretor de Risco e Compliance da Anima Educação desde 2018, tendo atuado também como Diretor de Planejamento Societário e Tributário (2018 a 2019) e como Diretor de Centro de Serviços Compartilhados (2010 a 2018). Atuou como presidente do Instituto nima de Inovação, Pesquisa e Cultura (2010 a 2017). Rodrigo foi Gerente Administrativo e Financeiro (2005 a 2009), Gerente de Controladora (2003 a 2005) e Professor de Contabilidade (2004 a 2007) do Centro Universitário UNA Ltda. Também atuou como Supervisor de Controladoria da Takano Indústria Gráfica Ltda. (2002 a 2003) e como assistente e supervisor de auditoria na Arthur Andersen S/C (1996 a 2002).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	02/10/2020

Nome: VASCO VIEIRA MARTINS **CPF:** 234.526.018-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/11/1983
HENRIQUES DE ALMEIDA

Experiência Profissional:

Vasco H. Almeida é sócio fundador da EXT CAPITAL, onde supervisiona investimentos em equity e dívida para startups Brasileiras. Anteriormente, ele foi Head of Advisory na Upside Finance, onde liderou operações de M&A e financiamento de projetos, e foi responsável por M&A e Business Development para Latam na ContourGlobal. Vasco iniciou sua carreira profissional em Lisboa, no IBD do Espírito Santo Investment Bank, até ser transferido para São Paulo. É licenciado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2024	Até AGO 2026			03/05/2024	Não	10/11/2023

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Mauricio Nogueira Escobar	179.933.738-32	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas e Cultura.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
Membro do Comitê de Investimentos do JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlador da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados nos Formulário de Referência anteriores da Companhia.

Administrador do Emissor

Ignacio Dauden Martinez	213.279.458-86	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
Membro do Comitê de Investimentos do JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlador da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	27.928.149/0001-91		
Sócio e administrador da Mint Guadua Capital Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados nos Formulário de Referência anteriores da Companhia.

Administrador do Emissor

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MINT GUADUA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.	11.502.768/0001-80		
Sócio e administrador da Mint Guadua Capital Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados nos Formulário de Referência anteriores da Companhia.

Administrador do Emissor

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
Sócio e administrador da Mint Guadua Capital Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados nos Formulário de Referência anteriores da Companhia.

Administrador do Emissor

Guilherme Affonso Ferreira Filho	353.147.828-12	Prestação de serviço	Controlada Direta
O Conselheiro eleito em 30/04/2024 já exercia a função de Diretor desde 2016.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Bahema Educação S.A	45.987.245/0001-92		
O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho, eleito como membro titular do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A. na AGOE realizada em 30.04.2024 e como membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios e do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance em 03.05.2024, atua como diretor da Companhia e de algumas de suas controladas diretas e indiretas, desde 2016.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia celebra e mantém vigente apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores na modalidade “D&O Corporativo” com a Axa Seguros S.A., pela qual a seguradora pagará as perdas indenizáveis de cada segurado quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de fato gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da seguradora.

A apólice abrange tanto os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia como os membros de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Companhia, e sua cobertura inclui, mas não se limita a custos emergenciais; custos de investigação; confisco de bens; deportação, extradição e restrição de liberdade; danos morais; danos materiais e danos corporais; práticas trabalhistas indevidas e responsabilidade por tributos.

O valor do prêmio do seguro é de R\$ 63.744,65 e o limite máximo de garantia é de R\$ 40 milhões. Referido seguro é válido até 22/10/2024.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais realizadas nos últimos 3 anos, a data de realização; eventuais casos de instalação em segunda convocação; e quórum de instalação:

Evento	Matéria	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (iii) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Ratificar a celebração, pela Companhia, do Memorando de Entendimentos vinculativo (“ <u>Memorando</u> ”), celebrado em 13 de novembro de 2020 entre a Companhia e os demais acionistas, investidores e debenturistas da Escola Mais Educação S.A. (“ <u>Escola Mais</u> ”), e o consequente aumento de participação, pela Companhia, para até 85,4% (oitenta e cinco por cento e quatro décimos) do capital social da Escola Mais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei das Sociedades por Ações.	30/04/2021	69,15%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social: (a) aprovação da alteração do <i>caput</i> do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de outubro de 2017,	18/08/2021	72,81%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

	<p>conforme aditado (“<u>Plano</u>”) e a fim de refletir o aumento do capital social em razão da conversão antecipada de parte das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia (“<u>Debêntures</u>” e “<u>Emissão</u>”, respectivamente) e do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão (“<u>Bônus de Subscrição</u>”); e (b) aprovação da alteração do <i>caput</i> e dos §§ 3º e 4º do Artigo 13 do Estatuto Social a fim de extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração; (ii) Consignar a destituição de todos os membros suplentes do Conselho de Administração face à extinção dos cargos; (iii) Deliberar sobre a aquisição, pelo Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., sociedade controlada da Companhia (“<u>Centro de Formação</u>”), de 3 escolas de educação básica no Estado de Santa Catarina, que constituem o estabelecimento da sede e de filiais da Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (“<u>Sociesc</u>”), a saber: (i) Escola Internacional de Florianópolis (CNPJ nº 84.684.182/0004-08), (ii) Escola Internacional de Blumenau (CNPJ nº 84.684.182/0008-23), e (iii) Colégio Tupy de Joinville (estabelecimento matriz CNPJ nº 84.684.182/0001-57) (“<u>Escolas Sociesc</u>”), através da aquisição indireta de 100% (cem por cento) do capital de uma nova sociedade empresária limitada a ser constituída (“<u>NewCo</u>”), a qual receberá o acervo patrimonial, os direitos e as obrigações vinculados às Escolas Sociesc, por meio de uma cisão parcial da Sociesc (“<u>Operação</u>”); e (iv) Deliberar sobre o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 5 ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, e aumento do limite do capital autorizado de 9.600.000 ações para 48.000.000 de ações, com</p>			
--	---	--	--	--

7.8 Outras informações relevantes

	a consequente alteração do Artigo 8º do Estatuto Social.			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2021; (iii) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31.12.2022; e, em <u>Assembleia Geral Extraordinária</u> : (i) deliberar sobre a alteração do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender (a) ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02.10.2017, conforme aditado (“ <u>Plano 2017</u> ”); (b) à conversão das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia (“ <u>Debêntures</u> ” e “ <u>Emissão</u> ”, respectivamente); e (c) ao exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão (“ <u>Bônus de Subscrição</u> ”); e (ii) examinar, discutir e votar o Plano de Outorga de Ações da Companhia, em substituição ao Plano 2017 atualmente vigente.	29/04/2022	86,73%	NÃO
Assembleia Geral	Em <u>Assembleia Geral Ordinária</u> : (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as	28/04/2023	70,22%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

Ordinária e Extraordinária	Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2022; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2022; e (iii) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31.12.2023; e, em <u>Assembleia Geral Extraordinária</u> : (i) deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) alteração dos Arts. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29.04.2022 (" <u>Plano 2022</u> ") e ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02.10.2017, conforme aditado (" <u>Plano 2017</u> "); (b) alteração do Art. 17, "I" do Estatuto Social a fim de esclarecer quais transações devem ser avaliadas e deliberadas pelo Conselho de Administração; e (c) alteração do Art. 30 a fim de extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal; e (ii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações descritas no item (i).			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício	30/04/2024	84,77%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

	<p>social encerrado em 31.12.2023; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31.12.2024; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) alteração do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração em 14.04.2023 e homologado em 19.06.2023, dentro do limite do capital autorizado; (b) alteração dos Arts. 13, 15, 16 e seus respectivos parágrafos, com a inclusão dos parágrafos 6º e 7º do Art. 13, para incluir a possibilidade de indicação de membros conselheiros suplentes, deixar mais claro o quórum de aprovação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e realizar ajustes nas regras de funcionamento do referido órgão; (c) alteração do Art. 20 e seus parágrafos e dos Arts. 24 e 28 para tornar mais flexível a nomeação do cargo de diretores, visando atender a necessidade de adaptação da Companhia; e (ii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações descritas no item (i).</p>			
--	--	--	--	--

Órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas.

Atualmente, o Conselho de Administração é assessorado pelos seguintes comitês: (i) Comitê Financeiro e de Novos Negócios; (ii) Comitê de Risco, Auditoria e Compliance; (iii) Comitê de Pessoas e Cultura; e (iv) Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica.

As atribuições dos comitês podem ser consultadas por completo no Regimento Interno dos Comitês disponível no site da CVM e no site da Companhia, entretanto, abaixo, apresentamos um resumo das suas atribuições.

7.8 Outras informações relevantes

O Comitê Financeiro e de Novos Negócios tem por competência: (a) auxiliar no processo de planejamento econômico, financeiro e acompanhamento orçamentário da Companhia; (b) avaliar novas oportunidades de investimento e desinvestimento; e (c) auxiliar na definição da estrutura de capital da Companhia.

O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance tem por competência: (a) analisar e fornecer aconselhamento e opinião ao Conselho de Administração em relação às políticas e práticas relacionadas à área de atuação deste Comitê; (b) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração; (c) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia; (d) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance); (e) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos; (f) auxiliar o Conselho de Administração na indicação de nomes para compor os órgãos de administração da Companhia; e (g) analisar e fornecer aconselhamento e recomendação ao Conselho de Administração sobre a adequação das transações entre partes relacionadas.

O Comitê de Pessoas e Cultura tem por competência: (a) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê; (b) assessorar o Conselho na análise e apuração dos planos de remuneração, fixa e variável, bem com plano de incentivos de longo prazo, dos administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas e coligadas; (c) recomendar os critérios para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas e coligadas; (d) emitir recomendações relacionadas às estratégias de desenvolvimento de pessoas, cultura organizacional, políticas de remuneração e planos de sucessão de posições chave da Companhia e suas controladas e coligadas; (e) assessorar o Conselho de Administração em processos específicos de recrutamento de pessoas chave, em especial o do Diretor Presidente - CEO; e (f) acompanhar Feedback anual ao Diretor Presidente pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica tem por competência: (a) promover a manutenção dos projetos pedagógicos das escolas investidas pela Companhia e possibilitar o intercâmbio de experiências entre elas; e (b) discutir transformações que estejam ocorrendo no ensino e em suas metodologias, preservando e incentivando a característica inovadora dos projetos pedagógicos de cada escola investida.

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa:

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Bovespa Mais da B3. Os segmentos de listagem da B3 foram criados com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações

7.8 Outras informações relevantes

adicional que vai além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações.

O Bovespa Mais segue os mesmos princípios do Novo Mercado em termos de boas práticas de governança corporativa. As companhias que ingressam no Bovespa Mais comprometem-se, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa adicionais às obrigações legais e regulamentares que toda empresa de capital aberto deve observar, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; não ter partes beneficiárias; garantir a todos os titulares de ações, em caso de alienação de controle, o direito de vendê-las nas mesmas condições obtidas pelo controlador (tag along); realizar oferta pública de aquisição (OPA) de ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico, nos casos de saída do segmento ou de cancelamento de registro de companhia aberta; e aderir à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) para a solução de conflitos societários.

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Assegurar uma remuneração total em linha com a média do mercado, em empresas de atividade e porte semelhantes, com um plano de incentivos de longo prazo que possa assegurar a permanência dos administradores e colaboradores.

Para isso, a Companhia conta com um comitê de pessoas e cultura, conforme regimento interno de comitês do conselho de administração, que coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia. Apesar da Companhia ainda não possuir uma política de remuneração formalizada, faz parte das atribuições deste comitê assessorar o conselho em planos de remuneração fixa e variável, bem como planos de incentivo de longo prazo.

Atualmente está em vigor um Plano de Opções, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 em substituição ao plano aprovado em 02 de outubro de 2017, alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O comitê de pessoas e cultura é responsável por preparar uma proposta de remuneração e incentivos de longo prazo para os membros da administração e apresentar ao Conselho de Administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de pessoas e cultura desenha um plano que inclua uma remuneração fixa em linha com o mercado, mas que seja atrativo por uma remuneração via incentivos de longo prazo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente, por meio de relatórios passados pelo comitê de pessoas e cultura, a adequação da remuneração dos administradores da Companhia. O

8.1 Política ou prática de remuneração

comitê de pessoas e cultura se reúne sempre que necessário para avaliar o organograma da Companhia, a entrega e a motivação dos seus administradores, discutindo a necessidade de novas contratações, promoções, substituições, nível de remuneração e formas de criar incentivos de longo prazo que garantam a permanência de pessoas chave na Companhia.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável, atrelada ao Plano de Outorga de Ações, serve para alinhar os interesses no longo prazo, obrigatoriamente contando com um período de carência (*vesting*) para o exercício das opções, incentivando o beneficiário a permanecer na Companhia por um longo tempo e em buscar a valorização da ação nesse mesmo período.

1) Conselho de Administração

Por decisão tomada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de outubro de 2017, atualmente nenhum membro do Conselho de Administração recebe qualquer tipo de remuneração da Companhia.

2) Diretoria

A remuneração é composta por uma parcela fixa e por incentivos de longo prazo. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, com reajustes eventuais para adequar a remuneração ao porte da empresa. Para 2021 o comitê de pessoas e cultura recomendou, e a Companhia adotou, a prática não se pagar remuneração variável para os administradores, com foco exclusivo no plano de incentivos de longo prazo. A Companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017 a instituição de um Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções"), que foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019. Em 2019 foram outorgadas 70.000 (setenta mil) opções (350.000 opções após o desdobramento de agosto de 2021) com preço de exercício entre R\$ 32,20 (trinta e dois reais e vinte centavos) e R\$ 35,82 (trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e períodos de carência até maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, $\frac{1}{3}$ a cada ano, sendo que o primeiro terço já foi integralmente exercido, com os valores pagos e as ações emitidas para os diretores, totalizando 23.100 (115.500 ações após desdobramento de agosto de 2021) ações emitidas em 2020, mais 115.500 ações em 2021 e 119.000 ações em 2022. Todas as opções decorrentes deste primeiro programa já foram exercidas, inscritas e integralizadas. Os membros da diretoria fazem jus, ainda, ao pagamento de plano de saúde e possuem bolsas integrais nas escolas do grupo para seus filhos. Adicionalmente, conforme o Programa de Outorga de Ações para o exercício de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de junho de 2022 ("Programa 2022"), que traz um incentivo para que os diretores direcionem os valores recebidos a título de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

variável para comprar ações da Companhia, foram emitidas 92.659 ações no valor de R\$ 16,74 para cada ação emitida no âmbito do Programa. As ações adquiridas no âmbito do Programa 2022 darão direito a ações de matching, observadas as condições estabelecidas no Programa 2022, dentre elas o prazo de carência de 3 anos em que o participante deverá permanecer como profissional-chave da Companhia ou de suas controladas, bem como observar, pelo mesmo prazo, as regras de lock-up. A quantidade máxima de ações de matching a serem emitidas no âmbito do Programa 2022, caso cumpridas todas as condições para todas as ações emitidas será de 406.002 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, decorrido o prazo de 3 anos de carência. Não foi estabelecido, pelo Conselho de Administração, um Programa de Outorga de Ações para o exercício de 2023.

3) Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Em 2021 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 60% da remuneração total. Os outros 40% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas.

Em 2022 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 84% da remuneração total. Os outros 16% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções e ações outorgadas.

Em 2023 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 60% da remuneração total. Os outros 40% da remuneração se referem a despesas incorridas de ações outorgadas.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo, os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito ou por adequação ao novo porte da Companhia. Em relação à parcela da remuneração variável proporcionada pelo Plano de Outorga de Ações, é decorrente das premissas previamente estabelecidas pelo Conselho de Administração, em linha com as recomendações do comitê de pessoas e cultura, nos termos do Anexo 8 da Resolução CVM 81/22 e do Regulamento do Plano de Outorga de Ações.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores e metas que nortearão a remuneração variável e a outorga de opções conforme o Plano de Outorga de Ações em vigor serão determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, conforme detalhado no Regulamento do Plano. Mas deverão levar em conta a geração de caixa operacional (EBITDA)

8.1 Política ou prática de remuneração

das controladas e da controladora, além de metas individuais definidas de acordo com o objetivo de cada área da Companhia.

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de pessoas e cultura se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável os planos de incentivo de longo prazo. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir o benefício de cada executivo.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Nos últimos anos a Companhia implementou um ciclo de investimentos em educação, concretizado nas participações adquiridas em escolas conforme diversos anúncios ao mercado. Estes investimentos têm objetivos de retorno de longo prazo. Sendo assim, os retornos esperados ainda não se materializaram, por isso não faria sentido uma remuneração variável para os administradores. Por outro lado, o alinhamento dos incentivos com os acionistas se dá via programas de longo prazo, como opções de ações que devem ser outorgadas conforme o Plano de Outorga de Ações já aprovado.

A remuneração fixa deve estar em linha com o mercado para empresas de porte e setor semelhantes. Com as aquisições, a complexidade das operações cresceu e houve a necessidade de reajustar os pró-labores e contratar novos diretores.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente os 8 membros titulares do Conselho de Administração decidiram renunciar ao direito de receber qualquer remuneração fixa pelo seu trabalho. Os conselheiros entendem que são acionistas ou representantes diretos dos acionistas da Companhia, e por isso devem se remunerar pela valorização de suas ações. Além disso, a Companhia ainda está em um ciclo de investimentos, com aquisições recentes de escolas, e deve se consolidar e crescer antes de remunerar seus conselheiros.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros da Diretoria é integralmente paga pela Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Esclarecimento	Os membros do conselho de administração não são remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.400.000,00		1.400.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	100.000,00		100.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.500.000,00		1.500.000,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	3.500.000,00		3.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,33		10,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,33		2,33
Esclarecimento	Os membros do conselho de administração não são remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.211.580,48		1.211.580,48
Benefícios direto e indireto	0,00	30.675,78		30.675,78
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.008.824,66		1.008.824,66
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.251.080,92		2.251.080,92

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00		12,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Esclarecimento	Os membros do conselho de administração não são remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.853.953,36		1.853.953,36
Benefícios direto e indireto	0,00	48.984,62		48.984,62
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	95.130,00		95.130,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A			
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	765.881,35		765.881,35
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.763.949,33		2.763.949,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00		12,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Esclarecimento	Os membros do conselho de administração não são remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.680.000,00		1.680.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	32.737,20		32.737,20
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.125.270,88		1.125.270,88
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.838.008,08		2.838.008,08

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Diretoria teve remuneração variável somente em 2022. Não há remuneração para o Conselho de Administração e não há Conselho Fiscal instalado. Veja item 8.2.

Importante ressaltar que o Plano de Outorga de Ações da Companhia, aprovado cria o incentivo para que os diretores direcionem os valores recebidos para comprar ações da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais

A Companhia conta atualmente com um Plano de Outorga de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 ("Plano 2022").

Cópias do Plano 2022 podem ser obtidas na CVM e no site da Companhia <https://www.bahema.com.br/informacoes-para-investidores/documentos-entregues-a-cvm/plano-de-remuneracao-baseado-em-acoes/>

b) data de aprovação e órgão responsável

Vide item "a" acima.

c) número máximo de ações abrangidas

Para o Plano 2022, as ações de emissão da Companhia outorgadas nos termos do Plano 2022, compreendendo as ações próprias e as ações de matching não excederão 5% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano 2022. Se o número, espécie ou classe de ações existentes da Companhia for alterado como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou, ainda, conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração, conforme aplicável, avaliar a necessidade de ajustes, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e aos participantes.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano 2022.

e) condições de aquisição de ações

Para fazerem jus ao recebimento ou à aquisição das ações de matching, os participantes deverão investir recursos próprios na aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas, escriturais, com direito a voto, e sem valor nominal da Companhia ("Ações Próprias"), bem como (i) permanecer vinculados como administradores, com vínculo estatutário, ou executivos ou colaboradores sob regime CLT, com quaisquer das entidades do Grupo Bahema Educação, pelo prazo de 3 anos contados da data da aquisição ou subscrição das Ações Próprias, mantendo, neste período, sob sua titularidade as Ações Próprias, e (ii) observar todos os demais termos e condições do Plano 2022.

As hipóteses de desligamento do participante de quaisquer das entidades do Grupo Bahema Educação, por qualquer motivo, antes de transcorrido o prazo de carência do matching, são tratados no Plano 2022.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As Ações Próprias serão adquiridas pelos participantes pelo valor de aquisição / subscrição a ser definido anualmente pelo Conselho de Administração, com base em um dos seguintes critérios: (i) valor patrimonial; ou (ii) valor de mercado com base na média de um número pré-determinado de últimos pregões; (iii) valor apurado em laudo de avaliação nos termos do Art. 8º, § 1º da LSA; ou (iv) valor do último aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, neste último caso, observado o limite do capital autorizado.

Já as Ações de Matching poderão ser dadas a título gratuito ou a valor a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não haverá prazo de exercício, uma vez que não serão outorgadas opções.

h) forma de liquidação

Conforme informado acima, não serão outorgadas opções no âmbito do Plano 2022.

Assim, cumpridas as condições previstas acima, a Companhia transferirá as ações de matching por meio de operação privada, para o nome dos participantes, dentro do prazo de até 60 dias contados do término do prazo de carência do matching, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais ações de matching.

i) restrições à transferência das ações

Vide item “e” acima.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano 2022 entrará em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Na hipótese de a Companhia se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, caberá ao Conselho de Administração avaliar (a) a manutenção das ações de matching que ainda estiverem sujeitas ao prazo de carência do matching; (b) a substituição das ações de matching da Companhia por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da companhia; ou (c) a antecipação do prazo de carência do matching, de forma a assegurar a inclusão das ações de matching na operação em questão.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O item 6 do Plano 2022 traz as regras para os casos de desligamento do administrador, que podem variar dependendo do motivo do desligamento.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Veja item 8.8.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Em 2023 não há opções exercíveis. Veja item 8.8.

8.7 Opções em aberto

Não havia opções exercíveis em aberto em 31 de dezembro de 2021 e de 2022. Em 2023 não há opções exercíveis.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em 2023 não havia opções exercíveis.

Exercício Social 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	4
Nº de membros remunerados	0	3
Opções Exercidas		
Número de ações		119.000
Preço médio ponderado de exercício		R\$6,75
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$743.716,00

¹ Valor considerando o fechamento de R\$13,00 em 29/12/2022.

Exercício Social 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	4
Nº de membros remunerados	0	3
Opções Exercidas		
Número de ações		115.500
Preço médio ponderado de exercício		R\$6,75
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$935.550,00

¹ Valor considerando o fechamento de R\$14,85 em 30/12/2021.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Vide 8.10 em relação à outorga de ações dos últimos 3 exercícios sociais. Em 2023 não havia opções exercíveis

8.10 Outorga de ações

Exercício Social 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	3,67
Nº de membros remunerados	0	3
Data de Outorga		
Quantidade de ações outorgadas		275.134
Prazo máximo para entrega das ações		3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações		3 anos
Valor justo das ações na data da outorga		R\$16,74
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga		R\$1.390.642,02

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

8.12 Precificação das ações/opções

a) modelo de precificação

As opções outorgadas nos exercícios anteriores foram precificadas com base no modelo “Black & Scholes”.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1º programa A			1º programa B		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Preço de exercício ¹	32,20	32,20	32,20	35,82	35,82	35,82
Preço da ação na outorga ¹	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17
Volatilidade esperada	52,74%	52,74%	53,30%	52,74%	52,74%	53,30%
Rendimento de dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Prazo de vida da opção	13 meses	25 meses	37 meses	13 meses	25 meses	37 meses
Taxa de juros anual livre de risco	7,42%	7,42%	7,93%	7,42%	7,42%	7,93%

¹ preços com base na data de outorga. Desde então ocorreu um desdobramento de 1 para 5 ações, logo os preços devem ser divididos por 5 para serem comparáveis com os preços atuais de mercado.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, as opções não podem ser exercidas antecipadamente.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para os lotes 1 e 2 de ambos os programas, a volatilidade esperada se baseou no desvio padrão dos retornos da ação da Companhia entre maio de 2017 e maio de 2019. Para o lote 3 de ambos os programas, o período buscado foi de maio de 2016 a maio de 2019.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

Órgão	Ações/cotas detidas	Debêntures Conversíveis
Conselho de Administração	11.183.293	0
Diretoria	851.738	0
Conselho Fiscal	Não instalado	Não instalado

Posições em 31 de dezembro de 2023.

8.14 Planos de previdência

Não aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,33	4,00	4,00	8,00	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,33	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.641.766,00	1.108.833,00	954.654,58	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	86.400,00	471.319,25	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	964.652,48	690.987,33	709.502,02	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023		Os membros do conselho de administração não são remunerados.
31/12/2022		Os membros do conselho de administração não são remunerados.
31/12/2021		Os membros do conselho de administração não são remunerados.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia não adota uma política específica que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria. Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para seus administradores, contratada pela Companhia, não oferece cobertura relacionada à demissão. Em vez disso, apenas oferece proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

2023 – 2 membros da diretoria eram parte relacionada ao controlador e o percentual da remuneração foi de 92%.

2022 – 2 membros da diretoria eram parte relacionada ao controlador e o percentual da remuneração foi de 58%.

2021 - 2 membros da diretoria eram parte relacionada ao controlador e o percentual da remuneração foi de 43,5%.

8.18 Remuneração - Outras funções

2023

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$622.170,36
Total	R\$622.170,36

Em 2023 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$622.170,36 (seiscentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais e trinta e seis centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2022

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$382.679,37
Total	R\$382.679,37

Em 2022 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$382.679,37 (trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2021

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$360.591,97
Total	R\$360.591,97

Em 2021 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$360.591,97 (. Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não houve nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
23/04/2020	23/04/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (a partir do 1T20) e das demonstrações contábeis de 2020 e 2021.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Contrato de 2 (dois) anos no valor de R\$ 314.000 líquido de impostos.			
Justificativa da substituição			
Término do contrato dos auditores anteriores.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
31/03/2022	31/03/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (a partir do 1T22) e das demonstrações contábeis de 2022 e 2023.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Contrato de 2 (dois) anos no valor de R\$ 513.000 líquido de impostos (cerca de R\$ 598.250,73 bruto). Remuneração Segregada por serviços (se houver segregação): não há.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os auditores contratados para auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Companhia, BDO RCS Auditores Independentes, não prestam outros serviços além da auditoria para Companhia e para sua controlada, Bahema Educação RJ Ltda.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente, que abrange os serviços de auditoria independente e serviços extra auditoria, com vistas à garantia da imparcialidade e credibilidade dos serviços prestados.

Na Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente, ficam delimitadas as responsabilidades da auditoria externa e traz vedações a serviços extra auditoria que possam configurar perda do caráter de independência ou objetividade da auditoria externa.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	135	66	0	0	0
Não-liderança	1641	780	0	0	0
TOTAL = 2.622	1776	846	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	3	143	10	38	0	2	5
Não-liderança	28	1475	303	497	9	22	87
TOTAL = 2.622	31	1618	313	535	9	24	92

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	14	103	84
Não-liderança	706	1299	416
TOTAL = 2.622	720	1402	500

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	14	0	170	17	0
Não-liderança	0	293	1	1884	243	0
TOTAL = 2.622	0	307	1	2054	260	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	231	76	0	0	0
Centro-Oeste	0	1	0	0	0
Sudeste	1354	700	0	0	0
Sul	191	69	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.622	1776	846	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	5	115	35	110	3	1	38
Centro-Oeste	0	0	0	1	0	0	0
Sudeste	24	1314	266	396	4	6	44
Sul	2	189	12	28	2	17	10
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 2.622	31	1618	313	535	9	24	92
---------------	----	------	-----	-----	---	----	----

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	97	157	53
Centro-Oeste	0	1	0
Sudeste	575	1076	403
Sul	48	168	44
Exterior	0	0	0
TOTAL = 2.622	720	1402	500

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Os terceirizados que prestam serviços à Companhia e suas controladas estão ligados às atividades-meio das escolas que compõe Bahema Educação, a exemplo dos serviços de segurança e de limpeza. Neste sentido, não ocorre a terceirização das atividades principais da Companhia.

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da companhia é de 12,47%. Para o cálculo do índice de rotatividade, a seguinte fórmula foi utilizada:

$$\text{Rotatividade} = [(\text{Entradas} + \text{Saídas}) \div 2] \div \text{Total de Funcionários} \times 100$$

10.2 Alterações relevantes

Não houve alteração relevante nos três últimos exercícios.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

Embora não haja uma política de salários formalmente aprovada, a Companhia mantém prática de remuneração baseada nas condições médias praticadas nos mercados locais e adequadas à legislação vigente de cada local em que atua, não havendo remuneração variável atrelada a desempenho ou participação nos lucros. Ademais, a Companhia desenvolve, periodicamente, pesquisas salariais com o objetivo de avaliar as tendências de mercado e práticas salariais visando manter a atratividade e a retenção dos profissionais necessários para sua estrutura.

Todos os colaboradores são remunerados com vencimentos mensais a título de salário não havendo, portanto, pagamento de gratificações mensais. A remuneração direta paga aos colaboradores é definida por meio de sistemas de faixas salariais definidas por nível de cargo, visando proporcionar uma remuneração equitativa com a capacitação, habilidade e esforço de cada colaborador da Companhia.

Os reajustes salariais são realizados sempre que necessário, em conformidade com a legislação vigente de cada local em que a Companhia atua e com os dissídios coletivos inerente às categorias dos colaboradores envolvidos.

Por fim, a Companhia está avaliando a possibilidade de implementar uma política de remuneração variável para colaboradores que ocupam cargos considerados estratégicos, com o objetivo de criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio, praticar o valor da meritocracia e reconhecer o desempenho diferenciado dos elegíveis de maneira mais objetiva e justa.

Para mais informações acerca da política de salários e remuneração variável dos empregados e administradores da Companhia, vide item 8 deste Formulário de Referência.

(b) Política de benefícios

Em razão do crescimento da Companhia, possuímos, atualmente, uma composição de benefícios oferecidos de forma diversificada, respeitando as regras, políticas e particularidades de cada local em que a Companhia atua. Em vista disso, de acordo com a prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podemos oferecer os seguintes benefícios aos nossos colaboradores (administrativos e professores):

- Assistência médica
- Alimentação
- Vale transporte
- Bolsa de estudos
- Seguro de Vida

Observamos o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho de cada local em que a Companhia atua no que tange à concessão de benefícios. Os benefícios atualmente concedidos aos nossos colaboradores são oferecidos de acordo com a

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podendo ser integral ou parcialmente subsidiados por nossas empresas, conforme os Acordos Coletivos de Trabalho de cada local em que a Companhia atua.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não há programa de remunerações baseado em ações para empregados não administradores da companhia e suas subsidiárias, as informações detalhadas sobre o plano de remuneração existente estão presentes no item 8 deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é de 19,16. Destacamos que a remuneração de todos os empregados da Companhia e controladas observam o piso salarial das respectivas categorias profissionais

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Acreditamos ter um relacionamento cordial com os sindicatos de nossos colaboradores, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas e prezando pelo relacionamento profissional com todas essas entidades sindicais, em conformidade com as legislações aplicáveis.

Os colaboradores da Companhia são representados, em sua grande maioria, pelo Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo.

A Companhia mantém um relacionamento de respeito com as entidades sindicais representativas de seus colaboradores e preza pelo fiel cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre os sindicatos representativos de nossos colaboradores e os sindicatos da categoria econômica que integramos. Na maioria dos casos, as negociações são conduzidas por meio dos sindicatos patronais, de modo a manter um histórico de harmonia com tais entidades.

Por fim, a Companhia informa que não tem conhecimento sobre a realização de greves nos últimos 3 exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

11.1 Regras, políticas e práticas

Observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, a aprovação sobre a transação com partes relacionadas poderá ser de competência da Diretoria, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

É de competência da Assembleia Geral a aprovação de transação com partes relacionadas caso o valor da operação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

Pelo Estatuto, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas que sejam parte relacionada da companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas que sejam parte relacionada da companhia.

Em 2022, o Conselho de Administração aprovou Política para Transações com Partes Relacionadas, que pode ser acessada no site da Companhia, abrangendo a Companhia e suas controladas.

A referida política estabelece como diretriz geral que, na realização de transações com partes relacionadas, os administradores e acionistas da Companhia e de suas controladas deverão privilegiar a busca por julgamentos isentos e transparentes e tendo em vista os interesses da Companhia, sempre de forma alinhada às políticas e valores da Companhia. Tais transações devem possuir fundamento econômico adequado, ser efetivamente negociadas e ser comutativas (com o pagamento compensatório adequado).

Toda transação com partes relacionadas deve ser celebrada por escrito, ter comprovação documental de que a operação foi efetivamente negociada e observou condições de mercado, além de a contraparte ser devidamente cadastrada no sistema de pagamentos da Companhia.

Em alguns casos, a serem avaliados pelo conselho de administração ou pela diretoria, a depender do valor envolvido ou potencial impacto para a Companhia, laudos de avaliação independente (nos termos do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas) deverão ser elaborados para embasar a transação.

A política veda (a) o estabelecimento de remuneração de assessores, consultores ou intermediários contratados para atuar em transações com partes relacionadas que possa gerar conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas, consoante recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas; bem como (b) a concessão direta de empréstimos pela Companhia a acionistas que detenham participação igual ou superior a 10% no capital social da Companhia ou a partes relacionadas de tal acionista.

Especificamente com relação a transações que possam gerar conflito de interesses por parte de administradores e acionistas, a política estabelece que:

11.1 Regras, políticas e práticas

(a) é vedado aos administradores da Companhia intervir em qualquer operação social em que possuam um conflito de interesses, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Em linha com recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, caso algum administrador que possa ter um conflito de interesses não o manifeste, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá manifestá-lo, que será declarado por maioria de votos do órgão; e

(b) no âmbito das Assembleias Gerais da Companhia, havendo indício de potencial conflito de interesses de qualquer acionista que possa gerar o impedimento de voto, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá indagar o acionista e preveni-lo das suas responsabilidades como acionista, a quem caberá avaliar a existência de conflito de interesses e indicar se entende que está impedido ou não de participar da deliberação, devendo todo este processo ser consignado em ata. Eventual impedimento de voto de acionista deverá ser tratado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ânima	26/09/2022	123.000,00	0	Não aplicável	3 anos.	Não aplicável.
Relação com o emissor	A Companhia e a Anima possuem parte do controle indireto e parte dos administradores em comum.					
Objeto contrato	Pagamento antecipado de 3 anos de mensalidades (2023, 2024 e 2025) para 2 alunos do Colégio Balão Vermelho, que faz parte do conglomerado Bahema Educação, com desconto aproximado de 21% do valor total e com a condição de não haver devolução de valores caso os alunos deixem o colégio.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Vide detalhamento no item "objeto do contrato".					
Natureza e razão para a operação	Trata-se de antecipação do pagamento de 3 anos de mensalidades (2023, 2024 e 2025) para 2 alunos do Colégio Balão Vermelho, que faz parte do conglomerado Bahema Educação, com desconto aproximado de 21% do valor total e com a condição de não haver devolução de valores caso os alunos deixem o colégio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Anima Holding S.A. e Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Socioesc")	29/06/2021	36.500.000,00	19.249.302,66	0	10 anos	N/A
Relação com o emissor	A Companhia e a Anima possuem parte do controle indireto e parte dos administradores em comum.					
Objeto contrato	Conforme divulgado em Fato Relevante em 29/06/2021, a Escolas Besa celebrou com a Anima e a Socioesc, contrato para aquisição das EIs e do COT. O preço base foi de R\$30 MM, com a previsão de earn outs até 2024. O investimento total estimado para a aquisição é de aprox. R\$ 36,5 MM. Pelo prazo de 10 anos, a Companhia sublocará os espaços nos campi da Anima onde estão estabelecidas as EIs e o COT, pelo valor anual de R\$816 mil, corrigidos pelo IPCA. O acordo prevê ainda um compromisso da Companhia de abrir 5 unidades escolares em espaços compartilhados nos campi da Anima até 2025, sob o regime de sublocação, com aluguel correspondendo a 7% da receita mensal líquida de cada unidade aberta. Há multa de R\$1 MM para cada espaço que deixar de ser sublocado. Em 2023 foram sublocados os espaços: Dual Florianópolis (encerrado em 04/2024), Dual Blumenau, Escola Mais Joinville (encerrado no final de 2023) e Vila das Juventudes. O valor total pago pelas locações em 2023 foi de R\$ 3,094 milhões					
Garantia e seguros	Alienação fiduciária de 12,2% das cotas da controlada da Companhia, Escolas BESA Ltda. Aval da Companhia nos contratos de sublocação.					
Rescisão ou extinção	Vide item acima, sobre objeto do contrato. Há multa prevista para ambas as partes no caso de rescisão antecipada dos contratos de sublocação. Há também multa pelo não cumprimento do compromisso de sublocação.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Conforme comunicado ao mercado de 08/07/2021, a transação foi apresentada à Companhia por assessor financeiro terceirizado no âmbito de um processo competitivo. Os ativos possuíam sinergias estratégicas para a Companhia, tanto em termos de projetos pedagógicos como em termos de localização. A Companhia confirmou que as métricas de múltiplos de resultado (EV/EBITDA) e projeções de fluxo de caixa (TIR) para a transação ficaram em linha com outras aquisições realizadas. Além disso, o acordo para sublocação de espaços ociosos tem uma regra de preço de aluguel variável, fixado com base em um percentual da receita que, se observados os resultados da Companhia, está condizente com o atualmente praticado. Tanto o Diretor Presidente como os membros do Comitê Financeiro e do Conselho que são partes relacionadas à contraparte se abstiveram de participar dos foros de discussão e tomada de decisão envolvendo a transação. A Operação foi realizada em condições de mercado.					
Posição contratual do emissor	Outra					
Especificação Posição Contratual	Comprador das escolas e sublocador nos contratos de sublocação.					
Claudia de Abreu Ribeiro Affonso Ferreira	27/09/2023	950.000,00	522.000,00	Não aplicável	O contrato de locação terá duração de 5 anos, prorrogáveis por igual período.	Não aplicável.
Relação com o emissor	A Sra. Cláudia é genitora do diretor financeiro da Companhia, Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho.					
Objeto contrato	Em 27.09.2023, a controlada Escolas BESA celebrou contratos para venda e locação imediata de longo prazo de imóvel ("sale & leaseback") com Claudia de Abreu Ribeiro Affonso Ferreira, pessoa relacionada a diretor estatutário da Companhia. A operação tem por objeto imóvel onde se localiza uma das unidades da Escola Apoio no bairro de Casa Amarela, Recife. O valor da venda do imóvel foi de R\$ 950 mil, e a Escola Apoio pagará um aluguel anual de R\$ 108 mil, corrigido anualmente pelo IPCA. O contrato de locação terá duração de 5 anos. A Companhia possuirá uma opção recompra do imóvel, assim como a compradora possuirá uma opção de revenda a partir do 4º ano. A Companhia é fiadora no contrato de locação.					
Garantia e seguros	Aval da Companhia.					
Rescisão ou extinção	A locação é atípica, valendo-se do estipulado no art. 54-A da Lei de Locações, pelo prazo determinado de 5 anos, no qual há multa específica por rescisão antecipada e renúncia ao direito à revisional. Caso venha a ser renovada a locação, passará a ser típica e regida integralmente pela Lei de Locações, sendo possível a rescisão com notificação prévia e revisional de aluguel.					
Natureza e razão para a operação	Trata-se de imóvel que foi adquirido pela escola para abrigar a nova quadra, o que possibilitou a abertura do Ensino Médio no Colégio Apoio. Após a aquisição, houve a venda do imóvel pelo mesmo valor pelo qual foi adquirido. Como amplamente divulgado, a Companhia sempre buscou um balanço leve, sem ativos imobiliários que impactassem o retorno do seu capital.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04/08/2022	54.000,00	0	Não aplicável	Prazo indeterminado, até a extinção de todas as obrigações assumidas pela Seguradora nas Apólices emitidas ou que vierem a ser emitidas.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Garantir as obrigações assumidas pela Companhia e ou por suas controladas, mediante a emissão de apólices de seguro garantia, nas quais são estabelecidos os respectivos objetivos, valores, prêmio, prazos e demais condições da cobertura. Em conjunto com a celebração do Termo, foi emitida apólice pela Fairfax em favor da International School Centro de Educação Ltda., até então controlada da Companhia, para garantir valores no âmbito de ação judicial promovida por Rein Administradora de Bens Ltda. em face do BIS, sendo o valor segurado de aproximadamente R\$ 442 mil, com prêmio de aproximadamente R\$ 54 mil. A liberação do seguro garantia já foi autorizada pelo juízo em questão					
Garantia e seguros	Aval da Companhia.					
Rescisão ou extinção	Vide item de "duração" acima.					
Natureza e razão para a operação	Seguro.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Fundo de Investimento Imobiliário Mint Educacional	01/07/2020	31.818.181,82	28.450.820,58	Não aplicável	O contrato de locação terá duração de 10 anos, prorrogáveis por mais 10 anos.	Não aplicável.
Relação com o emissor	O Fundo de Investimento Imobiliário Mint Educacional é gerido pela Mint Capital, também gestora de fundos que, em conjunto, são controladores da Companhia.					
Objeto contrato	Conforme Comunicados ao Mercado divulgado em 02/07/2020, a operação de sale & leaseback teve por objeto imóvel no qual se localiza uma das unidades da Escola Parque no bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. O valor da venda do imóvel ao FII Mint Educacional foi de R\$ 31.818.181,82, e a Escola Parque pagará um aluguel anual de R\$ 3.500.000,00, corrigido anualmente pelo IPCA, implicando um cap rate de 11% ao ano. O contrato de locação terá duração de 10 anos, prorrogáveis por mais 10 anos. No caso de rescisão contratual por iniciativa da Escola Parque anteriormente ao término de 10 anos, será devida ao FII Mint Educacional uma multa equivalente ao valor restante do contrato. A Companhia é fiadora no contrato de locação					
Garantia e seguros	Aval da Companhia.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	No caso de rescisão contratual por iniciativa da Escola Parque anteriormente ao término de 10 anos, será devida ao FII Mint Educacional uma multa equivalente ao valor restante do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Conforme Comunicado ao Mercado de 02/07/2020, a Companhia sempre buscou um balanço leve, sem ativos imobiliários que impactassem o retorno do seu capital. Desde a primeira negociação com a Escola Parque em 2017, o imóvel foi identificado como fonte de financiamento. A administração conversou com gestores de fundos voltados para a educação, algo ainda novo no mercado na época, dada a percepção de mercado de que a legislação protege de despejo imóveis ocupados por escolas, o que elevaria, em tese, o risco de inadimplência. As condições estão em linha com parâmetros de mercado, usando como base as condições apresentadas em propostas concorrentes e operações semelhantes envolvendo empresas do setor educacional. Como referencia houve laudo de avaliação independente que avaliou o imóvel em R\$ 36,7MM em dez/2019. Com o impacto da crise nos custos de captação e buscando manter o valor do aluguel compatível com a receita da escola, foi aceita venda por valor pouco abaixo do laudo.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Gabriel Raslton Correa Ribeiro e Guilherme Afonso Ferreira Filho	29/07/2020	622.170,74	0	0	Enquanto durarem as dívidas garantidas.	0,5% ao ano do valor constante das dívidas
Relação com o emissor	Diretores					
Objeto contrato	Em 29.07.2020, a Companhia celebrou contratos de indenidade com duas pessoas chave da administração que passaram a ser solidárias em algumas dívidas da Companhia, que tem interesse em remunerá-los como contrapartida da garantia prestada. A remuneração de cada administrador é de 0,5% ao ano sobre o total das dívidas que eles assumem a posição de devedor solidário. Nos exercícios findos em dezembro de 2023 e dezembro de 2022, foram pagos os montantes de R\$ 622 mil e R\$ 383, respectivamente.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Mediante liquidação das dívidas garantidas.					
Natureza e razão para a operação	Na qualidade de diretores estatutários, estes assumiram a posição de devedores solidários de dívidas contraídas pela Companhia e suas controladas, há interesse de garantir que sejam remunerados como contrapartida pela garantia prestada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Instituto Castanheiras	23/05/2024	14.850,00	0	N/A	Até maio de 2024	N/A
Relação com o emissor	A Companhia e o Instituto Castanheiras possuem parte do controle indireto e parte dos administradores em comum.					
Objeto contrato	Fornecimento de material didático pelo Intergraus para o Instituto Castanheiras (135 unidades customizadas)					
Garantia e seguros	N/A.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Extinção em caso de descumprimento não sanado de obrigações legais ou cláusulas contratuais.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de fornecimento de material didático					
Posição contratual do emissor	Outra					
Especificação Posição Contratual	A Companhia é a controladora do Intergraus, que figura como contratada no contrato de prestação de serviços.					
Mint Educação Vila Mascote SPE Ltda.	08/10/2021	18.451.800,81	14.873.958,72	N/A	15 anos	Não aplicável.
Relação com o emissor	As quotas da Mint Educação Vila Mascote SPE Ltda. são detidas na sua integralidade pelo Fundo de Investimento Imobiliário Mint Educacional, que é gerido pela Mint Capital Gestora de Recursos Ltda., também gestora de fundos que, em conjunto, são controladores da Companhia.					
Objeto contrato	Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 15/10/2021, trata-se de Contrato Atípico de Locação de Bem Imóvel e Outras Avenças, que tem por objeto imóvel que passou por obras de adequação, de acordo com projeto arquitetônico contratado e definido pela Escola Mais, controlada pela Companhia, para acomodar futura unidade de Ensino Fundamental 1 no bairro Vila Mascote, São Paulo-SP. O valor estimado do investimento a ser realizado pela Mint Educação, considerando a aquisição do Imóvel e as obras de adequação, é de R\$17,8 milhões, e a Escola Mais pagará um aluguel anual de R\$1,73 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, implicando um cap rate de 9,7% ao ano. O contrato terá duração de 15 anos com cláusulas de renovação.					
Garantia e seguros	Aval da Companhia.					
Rescisão ou extinção	O Contrato terá duração de 15 anos como locação atípica (built-to-suit), sendo que, após esse prazo, será considerado um contrato de locação típica, podendo ser prorrogado automaticamente por um período de 5 anos e, posteriormente, por um período adicional de 15 anos, podendo, nas prorrogações, haver ajuste no valor do aluguel para refletir o valor de mercado do Imóvel. No caso de rescisão contratual por iniciativa da Escola Mais anteriormente ao término do prazo inicial de 15 anos, será devida à Mint Educação uma multa equivalente ao valor restante do Contrato. A Companhia é fiadora no Contrato.					
Natureza e razão para a operação	Conforme comunicado ao mercado divulgado em 15/10/2021, a Companhia sempre buscou uma estratégia de crescimento orgânico com o mínimo de investimento em ativos imobiliários e aumento o retorno sobre os investimentos. Desde o primeiro plano de negócios da Escola Mais, já era previsto desenvolver parte do plano de crescimento através da implantação de unidades com contrato atípico built-to-suit. A administração da Escola Mais conversou com diversos gestores ou interessados em criar fundos imobiliários voltados para a educação, algo ainda novo no mercado, dada a percepção de mercado de que a legislação protege de despejo imóveis ocupados por escolas, o que elevaria, em tese, o risco de inadimplência. As condições negociadas estavam em linha com parâmetros de mercado, usando como base as condições apresentadas em propostas concorrentes, o momento de mercado com alta das taxas de juros e operações semelhantes envolvendo empresas dentro do setor educacional.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2.N. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia prevê um tópico que trata, especificamente, das regras relativas à tomada de decisão em situações que envolvam conflito de interesses, que estabelece que:

(a) é vedado aos administradores da Companhia intervir em qualquer operação social em que possuam um conflito de interesses, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Em linha com recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, caso algum administrador que possa ter um conflito de interesses não o manifeste, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá manifestá-lo, que será declarado por maioria de votos do órgão; e

(b) no âmbito das Assembleias Gerais da Companhia, havendo indício de potencial conflito de interesses de qualquer acionista que possa gerar o impedimento de voto, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá indagar o acionista e preveni-lo das suas responsabilidades como acionista, a quem caberá avaliar a existência de conflito de interesses e indicar se entende que está impedido ou não de participar da deliberação, devendo todo este processo ser consignado em ata. Eventual impedimento de voto de acionista deverá ser tratado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2.O. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia estabelece que toda transação com partes relacionadas deve ser celebrada por escrito, ter comprovação documental de que a operação foi efetivamente negociada e observou condições de mercado, além de a contraparte ser devidamente cadastrada no sistema de pagamentos da Companhia.

Em alguns casos, a serem avaliados pelo conselho de administração ou pela diretoria, a depender do valor envolvido ou potencial impacto para a Companhia, laudos de avaliação independente (nos termos do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas) deverão ser elaborados para embasar a transação.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/06/2023		349.880.928,33
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
26.390.582	0	26.390.582

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
30/04/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
48.000.000	0	48.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não há emissores estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários em circulação.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há, vide item 12.3.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Bahema Educação S.A. são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão no segmento de listagem “Bovespa Mais” sob os códigos “BAHI3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários em negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

Em 19 de janeiro de 2018, conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio do Ofício 12/2018-DRE, encaminhado em 12 de janeiro de 2018, deferiu o pedido de migração da Companhia para o segmento de listagem Bovespa Mais. O início da negociação das ações da Companhia no segmento Bovespa Mais se deu no dia 26 de janeiro de 2018.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Gabriel Ralston Correa Ribeiro	Diretor Presidente
Paula Cristina Balleroni Morari	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Gabriel Ralston Correa Ribeiro, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 19.391.127-9 SSP-SP e CPF 043.580.888-56, com endereço comercial em São Paulo SP, na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, Vila Olímpia, CEP: 04549-002, na qualidade de Diretor Presidente da **BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**, com sede na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, sala 1, Vila Olímpia, São Paulo SP, CEP: 04549-002, CNPJ 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia a ser apresentado em 28 de maio de 2024, declara, na data do referido formulário, que: (i) reviu o conteúdo do formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Gabriel Ralston Correa Ribeiro

Clicksign

13.1 Declaração do diretor presidente

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 24 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

FRE 2024 - Item 13.2 Declaração GR.docx

Documento número #450b0039-8cc6-4cf2-b807-69c8da9e63e8

Hash do documento original (SHA256): 063f363ea00bc96023e436e2b5aa3338c143e0f7c3170bbe2aaa6311321c83a6

Assinaturas

 **Gabriel Ralston Correa Ribeiro**

CPF: 043.580.888-56

Assinou em 24 mai 2024 às 10:40:51

Log

- 23 mai 2024, 17:34:31 Operador com email paula@bahema.com.br na Conta 0c83d597-b29d-4dfc-8e34-7f36a29db80e criou este documento número 450b0039-8cc6-4cf2-b807-69c8da9e63e8. Data limite para assinatura do documento: 22 de junho de 2024 (17:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 mai 2024, 17:34:32 Operador com email paula@bahema.com.br na Conta 0c83d597-b29d-4dfc-8e34-7f36a29db80e adicionou à Lista de Assinatura: gabriel@bahema.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Gabriel Ralston Correa Ribeiro e CPF 043.580.888-56.
- 24 mai 2024, 10:40:51 Gabriel Ralston Correa Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail gabriel@bahema.com.br. CPF informado: 043.580.888-56. IP: 177.102.173.146. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.4885605 e longitude -46.8515473. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.869.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 24 mai 2024, 10:40:51 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 450b0039-8cc6-4cf2-b807-69c8da9e63e8.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 450b0039-8cc6-4cf2-b807-69c8da9e63e8, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Paula Cristina Balleroni Morari, brasileira, casada, advogada, RG 32.903.722-5 SSPSP, CPF 312.168.638-06, com endereço comercial em São Paulo SP, na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, Vila Olímpia, CEP: 04549-002, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**, com sede na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, sala 1, Vila Olímpia, São Paulo SP, CEP: 04549-002, CNPJ 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia a ser apresentado em 28 de maio de 2024, declara, na data do referido formulário, que: (i) reviu o conteúdo do formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Paula Cristina Balleroni Morari

Clicksign

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 23 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

FRE 2024 - Item 13.1 Declaração PB.docx

Documento número #4d2ae26c-91c4-4665-a242-65d47ad727ab

Hash do documento original (SHA256): eff70403c436d1da8da7cbf9fa1b3319baa93cb5b16004e9090b76586935c89e

Assinaturas

 **Paula Cristina Balleroni Morari**

CPF: 312.168.638-06

Assinou em 23 mai 2024 às 17:35:53

Log

- 23 mai 2024, 17:32:48 Operador com email paula@bahema.com.br na Conta 0c83d597-b29d-4dfc-8e34-7f36a29db80e criou este documento número 4d2ae26c-91c4-4665-a242-65d47ad727ab. Data limite para assinatura do documento: 22 de junho de 2024 (17:31). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 mai 2024, 17:32:48 Operador com email paula@bahema.com.br na Conta 0c83d597-b29d-4dfc-8e34-7f36a29db80e adicionou à Lista de Assinatura: paula@bahema.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Paula Cristina Balleroni Morari e CPF 312.168.638-06.
- 23 mai 2024, 17:35:53 Paula Cristina Balleroni Morari assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail paula@bahema.com.br. CPF informado: 312.168.638-06. IP: 191.255.204.137. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5765698 e longitude -46.6480009. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.869.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 mai 2024, 17:35:54 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 4d2ae26c-91c4-4665-a242-65d47ad727ab.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 4d2ae26c-91c4-4665-a242-65d47ad727ab, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.